



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA
REALIZADA NO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Ata n.º 19

Aos vinte e um dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Cultural e Recreativo da Junta de Freguesia da Guia, por convocatória de treze de Novembro, sendo a Mesa Composta por: -----

Presidente da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas; -----

Primeira Secretária: Maria Eugénia Xufre Baptista; -----

Segunda Secretária: Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa; -----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

e deliberação, das atas de 16-08-2018;-----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;-----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação, da ata de 11-10-2018;-----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao procedimento por Concurso Público para aquisição de serviços de comunicações fixas e móveis de voz e dados para o município de Albufeira, com o preço base de 198.000,00€ + IVA;-----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao procedimento por Concurso Público para aquisição de serviços de Hipoterapia (Equitação Terapêutica) para crianças e jovens das unidades de ensino especializado das escolas do município de Albufeira, até ao limite de 35.000,00€ + IVA; -----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à proposta de atribuição de dez bolsas de estudo a curso superior, grau mestre, para o ano letivo 2018-2019;-----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de isenção total do pagamento de taxas devidas pelas operações urbanísticas, objeto de ações de reabilitação, a desenvolver na zona abrangida pela delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Antigo de Albufeira, bem como, considerar como projeto urbanístico de interesse municipal;-----



PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de isenção total do pagamento de taxas municipais devidas pelas operações urbanísticas, objeto de ações de reabilitação, a desenvolver na zona abrangida pela delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Aldeia de Paderne, bem como considerar como projeto urbanístico de interesse municipal;-----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à proposta que visa apoiar financeiramente a AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve, na operacionalização da Brigada de Sapadores Florestais Intermunicipal;-----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público, com publicação no JOUE, para fornecimento de uma mini-pá carregadora, cinco retroescavadoras e acessórios, pelo valor de 497.000,00 + IVA;-----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para fornecimento de uma viatura ligeira, tipo furgão, três viaturas todo o terreno, para limpeza de praias, uma viatura ligeira com equipamento de saneamento e duas pesadas com equipamento de saneamento, pelo valor de 471.500,00 + Iva;-----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de aquisição de cinco frações autónomas, designadas pelas letras "A", "O", "Q" e "R", situadas na Quinta da Bela Vista, Lote L5, Correeira, Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, pelo valor total de 610.000,00€;-----

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano 2019-2022;-----

PONTO TREZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do orçamento para o ano 2019, incluindo Mapa de Pessoal;-----

PONTO CATORZE: Apreciação e deliberação do Regulamento Eleitoral da Assembleia Municipal Jovem de Albufeira (AMJA).-----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), João Hélder Grade Cabrita (suplente PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Bertílio da Conceição Cevadinha Matias (suplente PS), João Alexandre Sequeira Jorge da Silva (PSD), Ana Isabela da Palma Gordinho Almeida Ramos (PS), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Fernando Vieira Vitória Cabrita (PS), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), Pedro Ricardo Pires Coelho (PS), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Miguel Ângelo Rodrigues Pinheiro (BE), Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa (PS), Renato



José Martins Miguel Pimenta (CDU), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Vera Lúcia Hilário Belchior (PAN), Rui Pedro Dâmaso Borges Gago (suplente PSD), Roberto Manuel da Silva Raposo (PS), José Manuel da Bota Sequeira (PSD), bem como os Presidentes das Juntas de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, da Guia - Dinis Nascimento e os Secretários das Juntas de Freguesia de Paderne - João Guerreiro e de Ferreiras - José Estévão.-----

Faltas: Francisco José Pereira de Oliveira, Fernando Manuel de Sousa Gregório, Gaspar Manuel Rocha Meirinho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Jorge do Carmo e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho.-----

Substituições: Face ao pedido de substituição apresentado pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, João Cabrita, Bertílio Matias, Rui Gago, José Estévão e João Guerreiro.-----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaros Dinis, Victor de Oliveira Ferraz, Rogério Pires Rodrigues Neto, Sara Luisa Ascensão Marques Carvela Serra e Cláudia Cristina Dias Guedelha. -- Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão: -----

Presidente da Assembleia: "Antes de darmos início aos trabalhos, gostaria de pedir um voto de pesar pelo falecimento do antigo Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, também vereador, Saul do Carmo Coelho, que faleceu no transato mês de Outubro, bem como um minuto de silêncio em honra da sua pessoa."-----

Fez-se um minuto de silêncio.-----

Presidente da Assembleia: "Em nome desta Assembleia Municipal, será dirigido uma comunicação do voto de pesar à família deste ilustre Albufeirense, não só pela dedicação que teve a Albufeira, bem como da forma como desempenhou os cargos para os quais teve eleito. Agradecer e convidar para a mesa o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Guia, agradecer também a disponibilidade para nos receber nesta Assembleia. Bem como, agradecer também ao senhor presidente da Assembleia de Freguesia, é sempre com honra e orgulho, a presença nesta freguesia, agradecer a disponibilidade das instalações e toda sempre simpática receção que temos nesta freguesia."-----



Presidente da Junta de Freguesia da Guia: "Boa noite, é uma honra ter cá presente a Assembleia, acho que é bastante importante este género de Assembleias, passar pelas várias freguesias, bem como acho que seja muito importante, as reuniões do executivo também comecem a passar pelas várias freguesias do concelho. Espero que tudo corra bem e obrigado a todos pela vossa presença."-----

Presidente da Assembleia: "Informar os intervenientes que as sessões são gravadas e portanto serão transcritas pra ata, para que fiquem devidamente conscientes de tal facto."-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

Ricardo Sequeira: "Muito boa noite, estou a transmitir esta mensagem devido à ausência do Presidente da JSD Albufeira, que tomou posse no passado sábado. O principal motivo desta mensagem, é com o objetivo de reforçar os objetivos que estão explanados na nossa função e no nosso órgão, que tem como principal objetivo o desenvolvimento e aprofundar o espírito de participação cívica, política, no seio da comunidade jovem do concelho. Promover a capacidade de argumentação e o debate da defesa, com o respeito pelos valores da tolerância. Isto tudo vem no seguimento da Assembleia Municipal do passado dia vinte e quatro de Outubro de dois mil e dezoito, em que a JSD congratula a aprovação da Assembleia Municipal Jovem, por parte do município de Albufeira. No entanto e porque o ponto em discussão causou algum debate e alguma discórdia, inclusivamente foi proposta a retirada desse ponto, que reentra hoje na ordem do dia, a aprovação e deliberação do regulamento eleitoral da Assembleia Municipal Jovem. Queremos, também, neste sentido, com a nossa primeira proposta, queremos apresentar a situação das hortas sociais, que vem de encontro ao nosso ponto de hoje apresentado, que é o desenvolvimento sustentável, em que enquanto membros da comunidade, queremos defender a necessidade e o reforço da participação cívica de todos, na perspectiva de partilha e responsabilidades no exercício pleno de cidadania. Nesse sentido, propomos ao Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, Doutor José Carlos Rolo e à Assembleia Municipal de Albufeira, a apresentação e apreciação do nosso projeto de criação de hortas sociais no nosso concelho, projeto já implementado em várias cidades do nosso país. Este projeto, no âmbito geral, visa essencialmente ter em conta famílias em situação de carência, afetadas pelo desemprego, pela exclusão social, pelos baixos rendimentos e a



própria sazonalidade. A cooperação prevê ainda a criação de um grupo de voluntariado, que terá um sentido de ligação direta às próprias escolas do nosso concelho e terá como objetivo a utilização de práticas sustentáveis e biológicas. Quanto à situação abrangida pelas famílias e a situação dessas mesmas famílias, propomos a articulação com associações dentro desse mesmo perímetro e dentro dessa ligação e também respetivamente, as nossas paróquias, dado que têm o contacto direto e diariamente com este tipo de populações mais frágeis. Gostaríamos de propor essa situação à Assembleia e ao executivo e a própria gestão pertença ao executivo da própria Câmara de Albufeira. Gostaria de agradecer por este momento e pela vossa atenção. E gostaria de reforçar o nosso slogan, ou lema, que é participar para construir."-----

Ana Vidigal: Boa noite, gostaria de saudar neste momento, a criação da Assembleia Municipal Jovem e congratular-me com essa iniciativa e com a deliberação sobre a criação da mesma, bem como fica aqui também a sugestão para que esse regulamento seja aprovado da melhor forma consensual, a fim de que este órgão possa efetivamente e no mais curto período de tempo funcionar. Relativamente a uma outra questão, gostaria de colocar, dirigida ao senhor Presidente da Câmara se me pudesse informar. Qual a situação atual relativa aos lares que estão previstos construir-se, quer através da instituição particular de solidariedade social Nuclegarve, quer através da instituição particular de solidariedade social AHSA, quer também um projeto que havia, ou há, aqui para a Guia. Gostaria de poder ser informada relativamente a estes três projetos, qual é a sua situação atual, face aos desenvolvimentos que teve nos últimos tempos."-----

Miguel Clemente da Silva: "Boa noite, o que me trás aqui hoje é uma situação que me deparei há pouco no Largo Duarte Pacheco, em que a calçada que se encontra na ligação à Avenida da Liberdade está completamente solta, um buraco enorme. À minha frente, há pouco, acabou de cair uma cidadã francesa, que está cá a passar férias, por acaso não foi nada de grave. As pedras que estão na zona de pedra, em lajes, também está toda ela mal compactada por baixo, que provoca desníveis, provoca armadilhas às pessoas. Também gostaria de saber e alertar, na Rua da Bateria encontra-se a ser feita uma reparação de um muro, que protege a rua para a falésia. Essa reparação está a ser feita no lado pedonal, onde as pessoas e as viaturas passam. No lado da frente mar, essa mesma parede encontra-se toda ela esburacada. E mais um ano ou dois, consoante o tipo de chuva, visto ser uma parede de taipa, se não houver uma



intervenção, ela poderá criar ali uma derrocada. Também gostaria de chamar a atenção, visto que passei por essa rua ontem e dei uma volta pela esplanada, pelo Rossio, toda a falésia que envolve a praia do Peneco até à praia dos pescadores, que foi intervencionada, se não estou em erro na década de noventa, essa mesma falésia está a abrir fissuras no betão que foi projetado, em que a água está-se a infiltrar por trás dessa estrutura. Visivelmente, à parte da frente, temos a estrutura, mas por trás, pelas fissuras não sabemos como elas estão. Gostaria de saber se a Câmara já fez alguma diligência perante a APA, sendo a parte mais responsável, para a prevenção, nesta altura, para que não aconteça nada, futuramente, a nível de derrocada nesta localidade."-----

Presidente da Câmara: "Boa noite, agradecer ao senhor Presidente de Junta de Freguesia da Guia o facto de nos ter recebido nesta sala, é uma honra estar na Guia. Faço lembrar que, em tempos a Câmara já reuniu desconcentradamente, nas freguesias há cinco anos. É um pouco mais a logística de transformar uma reunião de Câmara, desconcentra-la da sede do concelho, é mais problemático que a Assembleia Municipal, dada a documentação que é necessária, os dossiers, por causa dos processos de obras, torna-se um pouco mais difícil. No entanto, é minha intenção e seguindo a sua sugestão feita, já aconteceu, há alguns anos, é intenção qualquer dia começar com esse tipo de situações. Principalmente as reuniões de Câmara públicas e as pessoas assim, têm a oportunidade de apresentar qualquer questão dentro dessa reunião o que torna-se um pouco mais fácil para as pessoas das freguesias, dada a sua proximidade. Queria saudar o Ricardo Sequeira, faz jus à Assembleia Municipal Jovem, porque no fundo é isso que se pretende, que os jovens participem, quero salutar que isso aconteça, independentemente que seja da juventude de um determinado partido ou de outro, sejam jovens sem ser de qualquer juventude partidária, da associação que foi criada à poucos dias, jovens sem ser associação, era bom que realmente os jovens se sentissem mais à vontade para participar, não só nas Assembleias Municipais, mas também na vida social do concelho, nomeadamente, nos corpos sociais dos clubes e associações. Porque tenho tido muita experiência em associações de várias ordens, seja de carácter social, desportivo, ou recreativo e a participação dos jovens é muito pouca. Era bom que realmente começássemos, de uma vez por todas, e esta questão da Assembleia Municipal Jovem pode também catapultar e ser o motor para essa situação. Penso que é útil que isso aconteça. A Dra. Ana Vidigal falou na questão dos lares, está previsto no



orçamento a construção de três lares. Começar em dois mil e dezanove e acabar em dois mil e vinte, dois mil e vinte e um, há uns que estão mais adiantados que outros, nomeadamente, o lar dos Olhos de Água que está neste momento na fase de candidatura e está dentro de pouco tempo com possibilidade de abrir o concurso para efetivação da obra. O caso do lar das Fontainhas, falta vir a reunião da Assembleia Municipal, porque vai haver uma reversão do terreno da Nuclegarve para a Câmara para que ele seja construído e a questão da AHSA a mesma coisa. Embora o da AHSA esteja um pouco mais atrasado no tempo, mas não muito. De maneira que, a perspetiva inicial, de uma forma ou de outra, com mais obra ou menos obra, no ano de dois mil e dezanove. Final de dois mil e vinte, princípio de dois mil e vinte e um, estarem terminados. Relativamente ao Miguel, agradeço a intervenção feita, nomeadamente nos alertas, avisos e observações que fez. Relativamente à calçada da Avenida da Liberdade, vou mandar verificar isso amanhã, temos uma empreitada que é para repor, precisamente, essa calçada. Depois a questão da Rua da Bateria e das falésias a abrir fissuras, não sei se isso já está referenciado, eu pelo menos nunca ouvi essa situação. De qualquer maneira, está aqui o Vereador Rogério e já tomamos conta da situação e vamos alertar a APA e não só, colaborar nesse sentido. Muito obrigado pelas intervenções, que são importantíssimas para o conhecimento."-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao período antes da ordem do dia.-----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Pedro Coelho: "A intervenção que gostaria de fazer antes da ordem do dia é, retomar um assunto que já foi falado antes da ordem do dia, na Assembleia de Agosto. Tem a ver com o parque de estacionamento P5, na altura foi levantado pelo público, pelo Miguel Clemente, que está cá presente, a questão dos incumprimentos e houve uma explicação do Senhor Presidente. A pergunta que acho que merece algum esclarecimento, passado este tempo, é, qual é o ponto de situação da tramitação dos processos de incumprimento, por um lado, e por outro lado, se estão a ser acionados mecanismos de resolução do contrato, para que na próxima época alta e subsequente época baixa tenhamos um equipamento mais disponível, mais amigo da população, mais amigo da revitalização daquela baixa, porque precisa ter um parque de estacionamento com capacidade e preços compatíveis com o espaço onde está."-----



Fernando Cabrita: "Há um assunto que hoje, aqueles que se interessam mais por política externa, está na ordem do dia, que é a questão do Brexit, que de facto se concretiza ou se não se concretiza, se é revisto, quanto tempo levará. Ou se ainda poderá ser invertido através de um referendo. A nós pouco nos interessa e pouca intervenção temos junto do Reino Unido, temos de nos reduzir à nossa dimensão. Mas sabendo-se das relações que existem entre os dois países, até da velha aliança do tempo do D. João I, além disso, temos os cidadãos britânicos, são de facto os mais numerosos e aqueles que mais cá vêm. Sem nos preocuparmos, cada um terá os seus entusiasmos e gostaria de ver que houve uma certa inconsciência, não será a primeira vez mas, já há uns longos anos que a Grã-Bretanha não tem uma instabilidade política como agora tem. É que leva as pessoas a anunciar uma coisa num dia, quando é aprovado o Brexit, e nessa mesma noite e na manhã seguinte demitem-se seis ministros e deputados. Seja como for, para nós é muito importante a questão de saber quais serão os reflexos e isso deve haver quem esteja a analisar e eu estou a referir-me concretamente a uma comunicação relativamente aos empresários Algarvios, em que efetivamente se vem lembrar quais poderão ser as consequências de ordem económica e financeira, para o nosso país, se de facto se verificar a redução que já se começa a verificar, quer nas dormidas, quer nas vindas, mais longas ou menos. Esta é uma consequência que se está a delinear. Por um lado, sabemos que os primeiros reflexos, isto é uma questão de boomerang, foram para o próprio Reino Unido com instabilidade na bolsa, mas para nós não é despiciente realmente, não é de desprezar que efetivamente sucede haver uma redução significativa das receitas. Porque alguns dados possam dizer, mas sabemos que, por exemplo, o Reino Unido é o quarto maior mercado das exportações portuguesas, exportações de serviços, o turismo é o principal sector exportador para o Reino Unido, são dois mil e seiscentos milhões de euros. Tem um peso muito relevante nas relações económicas entre Portugal e o Reino Unido, como consequência. O Reino Unido, por outro lado, é uma das maiores potências mundiais do turismo. Ainda que nós possamos ir a outros mercados tentar ir buscar, e agora temos a avalanche da quarta invasão francesa, como já se costuma chamar e que vem muitos turistas franceses para cá, mas não vêm, com certeza, em número suficiente para concretizar, para acompanhar aquela evolução que se tem verificado e que é um crescendo imenso a quantidade de turistas que vem para o país e não podemos passar sem eles, de um momento para o outro não será fácil. É certo que



podem vir mais holandeses, mais alemães, até brasileiros que vêm para cá, também em turismo, não só os que vêm buscar emprego, mas temos de ter cuidado com isso. Efetivamente, gostaria de perguntar se, à semelhança de algumas reuniões que têm sido feitas, estou a lembrar-me de uma das últimas em que efetivamente esteve aqui a comissão de coordenação do Algarve, na pessoa do seu presidente e acompanhado de outros elementos que foi uma boa iniciativa, foi extremamente interessante, pergunto, se, relativamente, junto dos empresários, já houve alguma ideia em que se pudesse fazer também, não digo um ciclo de conferências, mas tentar acompanhar e saber as preocupações dos empresários, uma vez que isso é extremamente importante, com reflexos na economia do Algarve. Queria pedir ao senhor Presidente se me poderia dar uma ideia de alguns passos que tenham sido dados nesse sentido."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente à questão do Pedro Coelho, em relação aos parques, o incumprimento é no P5, P6, por aí fora, no parque de estacionamento ao ar livre na Avenida da Liberdade. A questão do incumprimento, tem sido de alguma forma aplicadas coimas à própria empresa. É claro que, o objetivo da Câmara Municipal não é aplicar coimas, não é essa a missão, era bom que não fosse necessário aplicar coimas. De qualquer das maneiras, é preciso recordar que estes parques de estacionamento estão a ser explorados por uma determinada empresa, "Circulo Digital", em consequência de uma negociação que foi feita na altura, de um concurso que foi aberto para a construção do parque P6, que tinha ficado por fazer, porque havia uma empresa que tinha ganho a obra, a "Habipro", que faliu e não conseguiu fazer o parque. Sendo que, a empresa, "Circulo Digital" construiu o parque e nessa construção ficou a construção e exploração. Foi a exploração não só daquele parque, como do parque P5 e do parque ao ar livre. Isso é no fundo, uma contra partida pela construção do parque P6. Já pedi para se estudar no gabinete jurídico quais são as consequências em termos de renúncia do contrato devido a incumprimento por justa causa. Estão a analisar isso, espero que, dentro de pouco tempo consiga fazer alguma coisa. Mas não acredito que seja antes do verão, que consiga ter as coisas resolvidas, porque provavelmente vai ter que meter tribunais e sabe-se como é a morosidade da justiça. É o ponto da situação em que isto está. Relativamente ao Dr. Fernando Cabrita, as opiniões divergem, não há ainda grandes consequências nem se sabe, no fundo, até pode acontecer que um dia se entendam, e que voltem atrás, mas esta questão das seis ou sete demissões dos ministros do governo, assim de um penada, demonstra que a instabilidade dentro do



Reino Unido é enorme. O facto de haver instabilidade as pessoas não ficam tão disponíveis para ir de férias, portanto é natural que haja uma quebra, o que para o Algarve não será nada bom. No entanto há associações, a própria APAL pode eventualmente fazer algum debate sobre isto, não é despiciente fazer isso, a AHETA, a Região de Turismo, que é essencialmente aquela entidade que mais deve organizar eventos nessa área. Até porque, de uma forma genérica, nós somos os principais recetores do turismo do Reino Unido. Neste momento não tenho nada de especial sobre esta matéria, no entanto, com certeza que nos próximos tempos irá haver discussão sobre isto, até porque as operadoras estarão a fazer os contratos e o tecido económico já começará a perceber que haverá ou não menos contratos que nos anos anteriores.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Pedro Coelho: “Vou retomar um ponto que já temos vindo a debater nas Assembleias, inclusive, o Presidente focou na Assembleia anterior, de Outubro, a questão da informação sobre os instrumentos de gestão territorial, nomeadamente o PDM. Isto é, na informação do senhor Presidente, continua ausente essa informação sobre o PDM, o Plano Pormenor, os Planos de Urbanização e outros domínios da gestão urbanística. Focando a questão do PDM, porque é um instrumento importante e que deve estar a caminhar para uma fase de alguma maturidade, seria importante que esta Assembleia tivesse algum conhecimento das fases que estão a ser percorridas, em que fase está, e também, de algum conteúdo do mesmo. Julgo que era de frisar, mais uma vez nesta informação, porque está ausente, como disse e também porque essa questão requer algum tempo de análise, de debate e em cima do momento julgo que não é adequado



preunciarmos sobre um plano daquela natureza estratégica e daquela amplitude. Por fim, voltar a salientar a questão dos saldos, que vamos ter oportunidade de falar mais à frente, mas esta informação é clara com os valores muito altos, acima de oitenta milhões e ainda falta o IMI de Novembro, vamos ser campeões do arrecadar. Vamos esperar para ver qual o valor que vai transitar para o futuro e isso vai levar a um desafio de execução, porque o dinheiro para o montante disponível para o próximo orçamento é elevadíssimo.”-----

Presidente da Câmara: “Relativamente ao PDM, se não está a informação aqui é porque ainda não a tenho. Há-de vir, com certeza, não só a informação. As regras para se aprovar um PDM não são assim tão lineares, são mais circulares, são mais pesadas que propriamente só uma informação. Com certeza que há-de haver essa informação e essa necessidade de se fazer debates na própria Assembleia, relativamente ao PDM, que é quem, por último deve aprovar o Plano. Relativamente à questão do saldo; é a velha questão do saldo. O dinheiro não se gasta sem mais nem menos, é preciso fazer projetos, é preciso abrir concursos, é preciso que os concursos estejam em execução, é preciso que eles estejam ativos e com certeza que o saldo vai diminuir e outras vezes vá aumentar. Chamo a atenção disso, estamos em Novembro, no princípio de Dezembro deve começar a aparecer o resultado da receita da última prestação do IMI. Sobre o IMT já se sabe, é contingencial, é uma coisa que não é permanente, não é sempre certo, mais vai-se recebendo. O saldo está a diminuir ligeiramente, em Setembro tínhamos oitenta e cinco milhões de euros, em Novembro passou a oitenta milhões e ontem, dia vinte, temos setenta e nove. Isto é meramente indicador, porque se calhar daqui a quinze dias já está outra vez nos oitenta e tal, por via desta receita, mas depois, provavelmente, vai ser sempre em descida, vai haver uma altura que o saldo não vai ser nada disso que está aí. Ainda não houve tempo para que isso acontecesse.”-----

Pedro Coelho: “Como já falamos várias vezes do PDM e o Presidente ainda não se pronunciou, julgo, que já teve as reuniões que referiu em outras Assembleias, podia nos dizer, pelo menos, a fase em que estamos. Porque a questão da tramitação da aprovação, ela está bem prevista na Lei, obviamente, uma das últimas palavras a nível municipal é da Assembleia, mas essa última palavra já vem tarde de mais, por isso essa questão de começarmos a debater faseadamente o mesmo. Mas pelo menos, perceber em que fase está é isso. Já agora, posso dar este número que retive da análise das grandes opções do plano, quando está um valor elevado inscrito nesta GOP para o PDM,



cento e quarenta mil euros, é um valor elevado, mas julgo que isto é o valor total do PDM, porque ele já deve estar em curso e já deve ter um conjunto de estudos feitos e a equipa está a trabalhar. Já em dois mil e dezasseis, efetuou algumas sessões públicas e foi a última vez que percebi em que fase estava, na altura, numa fase embrionária. Daí para cá, passaram dois anos, devem estar a trabalhar e devem ter algo terminado."-----

Fernando Cabrita: "A pergunta que gostaria de formular é a seguinte: relativamente ao PDM e ao facto de em dois mil e dezasseis já estar uma parte, houve uma altura que parou. Foi a informação que passou cá para fora. E nada pior que não termos informação e com ausência de informação começam as pessoas a imaginar coisas e a espalhar boatos. Mas quando recomeçou a apreciação do PDM? E se houve mudança, por exemplo, na empresa ou na comissão que está encarregue disso, se se mudou de paradigma e também de critérios e se houve razões para substituir? Ou é a mesma comissão e a mesma empresa que está a fazer? Não quero saber o nome da empresa, nem é desejável que as coisas constem antes de estarem acabadas, mas por um lado devíamos ter um mínimo de precisão do que se está a passar, para sabermos. Porque são às vezes profissionais do ramo, arquitetos, que me perguntam como está o PDM de Albufeira e eu não sei, não se sabe. É assim que se geram, por vezes, as más notícias, os comentários com menos cabimento."-----

Presidente da Câmara: "Só para dizer que começo a pensar que um dia destes tenho de satisfazer a curiosidade, mas não é só a curiosidade. Espero, dependendo da data da próxima reunião, se houver alguma Assembleia Municipal em Dezembro, espero ter informação mais próxima da realidade, nessa altura. Inclusivamente, poderia falar com alguém para vir aqui fazer uma primeira apresentação sobre o estado da situação, em vez de estar aqui a dar apenas uma informação simples, mas uma informação mais pormenorizada sobre o assunto. Isto, dependendo da altura em que a Assembleia for feita, mas depois havemos de falar sobre isso, pensando que há uma Assembleia ainda em Dezembro. Senão será na de Janeiro."-----

Fernando Cabrita: "O que queria dizer é que já é uma luz, para satisfazer a curiosidade. Não será por mexeriquice ou por aquela curiosidade malsã, não é isso. Pelo contrário, a questão que se põe, é que há pessoas, profissionais do ramo e etc, cidadãos que perguntam. Se for minimamente anunciada acredito que haja muitas



peessoas que possam querer vir e saber como a situação está. O que é perfeitamente legítimo.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação, da ata de 11-10-2018;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Assembleia: “O membro Pedro Coelho já fez algumas sugestões de correção relativamente às suas intervenções, que são aceites pela mesa.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte (20): Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Vera Belchior, Rui Gago, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na sessão os membros: Renato Pimenta, Helena Simões, João Cabrita, Bertílio Matias e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras - José Estévão, pelo que não votaram.-----

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao procedimento por Concurso Público para aquisição de serviços de comunicações fixas e móveis de voz e dados para o município de Albufeira, com o preço base de 198.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, João Cabrita, Eugénia Baptista, Bertílio Mendes, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Rui Gago, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao procedimento por Concurso Público para aquisição de serviços de Hipoterapia (Equitação Terapêutica) para crianças e jovens das unidades de ensino especializado das escolas do município de Albufeira, até ao limite de 35.000,00€ + IVA;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, João Cabrita, Eugénia Baptista, Bertílio Mendes, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Rui Gago, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO CINCO



Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à proposta de atribuição de dez bolsas de estudo a curso superior, grau mestre, para o ano letivo 2018-2019; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Pedro Coelho: "Sobre este ponto, somos favoráveis a esta deliberação e julgamos interessante, fazer o apoio do complemento do ensino superior, que é o grau de mestre, que muitas vezes está incorporado nos próprios cursos, três mais dois, agora os cinco anos já se sai com mestrado. Julgo que é uma das questões que está aqui subjacente a esta exceção que teve de vir aqui a deliberação, por via da omissão no regulamento. Não deixo de estranhar e referir, analisando o regulamento, que o valor que está a ser proposto, o valor de cento e cinquenta euros por mês é um valor exíguo para o atual custo de vida existente. Esta questão parece-me ser um pouco desproporcional, mas poderá haver uma explicação, que eu não esteja a ver, porque o regulamento prevê para estabelecimentos superiores fora do Algarve duzentos e cinquenta e para estabelecimentos de ensino no Algarve duzentos, isto é para as licenciaturas. A questão de ficar pelos cento e cinquenta euros para o mestrado, não me parece ter grande justificação, mas poderá existir. Por fim, não deixaríamos de referir que, para além deste regulamento, desta tipologia de bolsas e face ao excedente orçamental que o município tem, face a que, efetivamente queremos apoiar os jovens, que temos de qualificar os jovens para um quadro de excelência, de competitividade a nível nacional e internacional. Mas estamos a falar de uma distinção dos jovens de Albufeira a nível nacional e regional, que poderia também existir uma atribuição de bolsas por mérito. Isto é, não ligado exclusivamente com peso nos rendimentos, mas com peso no bom desempenho académico que os alunos tenham nos seus estabelecimentos de ensino."-----

Presidente da Assembleia: "Fazer um pequeno esclarecimento, se repararem o ponto, três, quatro e cinco vêm a esta Assembleia Municipal não para deliberarmos os pontos, mas para autorizarmos a despesa, por ser plurianual. Não se trata da competência quanto ao conteúdo propriamente dito das matérias aqui propostas, porque essas são da competência da Câmara Municipal, mas sim relativamente a autorização para a



despesa por ser plurianual, porque nós nesta Assembleia não deliberamos a delegação de competências na Câmara Municipal, para as despesas plurianuais. Só para fazer esta ressalva e daí a palavra "autorização prevista", porque efetivamente só estamos a deliberar a autorização e não propriamente o conteúdo."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente à questão de acrescentar as bolsas de estudo para obter o grau de mestre, é a primeira vez que isto acontece, tendo em conta a questão das novas versões relativamente áquilo que é o mestrado, está inserido no próprio curso, é os três mais dois. Mas não deixa de ser dentro do mesmo âmbito, de carácter social. Evidentemente que as bolsas de estudo podem ter dois tipos de carácter, âmbito social e âmbito de investigação, não esquecendo a parte social, a parte da carência, porque normalmente os critérios têm muito peso, a questão de ser carenciado. As bolsas de estudo são apenas para alunos carenciados. No entanto, não deixa de ter alguma razão de ser, começamos a pensar que poderia haver no futuro, bolsas de estudo de carácter de investigação, por exemplo doutoramento pode acontecer. E se calhar poderá acontecer independentemente da parte social. Isso é outra questão. Se os cento e cinquenta euros, parece-me que ouvi dizer que era pouco, é sempre pouco. Não sei com que base, chegaram aos cento e cinquenta euros, não participei nesse calculo desse valor."-----

Pedro Coelho: "Há um referencial dentro do regulamento e este é abaixo do referencial."-----

Vice-Presidente: "Relativamente à questão em discussão, aquilo que a comissão que trabalha neste grupo, das bolsas de estudos, entendeu é que há vários anos haviam vários alunos que reivindicavam este direito, porque só tinham acesso às bolsas para licenciatura e não para mestrado. E nós entendemos que, tendo em conta o volume de pedidos que já haviam nos últimos anos, devíamos de enveredar por este caminho. Achamos, no entanto, que não deveríamos de contribuir com o mesmo valor, porque os alunos de licenciatura estudam durante o dia e a tempo inteiro, enquanto os alunos de mestrado, maioritariamente estudam à noite e poderão trabalhar durante o dia. Foi por esse motivo que entendemos que a verba não deveria ser igual."-----

Pedro Coelho: "Está explicado a fundamentação, mas permitam-me discordar. Essa matéria em futuras situações acho que, deve ser melhor ponderada os critérios, porque obviamente essa questão da noite e do dia pode ocorrer como pode não ocorrer. Podemos salientar, falando por mim, das engenharias, o curso é feito de forma



integrada, três mais dois, diurno e só sai engenheiro quem tiver cinco anos, com mestrado. Para direito estamos no mesmo patamar, isto é, três mais dois, só sai com cinco anos com mestrado integrado. Arquitetura, de igual forma e esses mestrados são lecionados durante o dia. A diferença é só o sistema de Bolonha que veio modificar. Percebo, foram expostos os critérios, mas considero que num próximo orçamento, numa próxima oportunidade deverá ser revisto e pelo menos equiparar ao regulamento que existe, para não dizer superior. Porque os custos do mestrado são superiores, estamos a falar de um nível de exigência superior que poderá levar a mais gastos.”-----

Ana Cristina Pinto: “Na qualidade de membro da comissão, de facto, como a senhora vice-presidente já referiu, havia imensas solicitações para atribuição da bolsa durante o período de mestrado e após a análise dos diferentes pedidos, realmente achamos por bem propor a atribuição da bolsa para os alunos de mestrado, na perspectiva de que durante o período de mestrado a ocupação dos alunos, de um modo geral é diferente e há muitos casos em que já fazem estágios remunerados e são situações que nós não podemos controlar. Para evitar que houvesse um mau uso da bolsa, achamos que nessa situação, enquanto estudantes de mestrados, muitos dos alunos já têm empregos temporários ou não, mas porque não têm uma ocupação em termos letivos igual àquela que têm durante o período da licenciatura. Também há a situação em que muitos deles nesse período já não necessitam de permanecer em quartos alugados e portanto têm custos mais reduzidos. Foi esta a perspectiva que nos levou a propor a atribuição desse valor.”-----

Fernando Cabrita: “Depois de ouvir os esclarecimentos da Doutora Ana Cristina, ficou a ver que poderia haver uma subdivisão. A ver os tais cem euros, que seriam uma gratificação, é uma verba muito simples, ser uma gratificação e a outra, peço desculpa pela observação, mas houve um bocadinho de jogo de palavras na questão porque, não duzentos ou porque não cem. Cem seria uma gratificação, de fato, os duzentos já poderiam ter o sabor da participação verdadeiramente. Quando há uma certa folga de orçamento, penso que, para além de se lembrar que já é uma boa ideia, de se inscrever no mestrado, temos de reconhecer, mas pelo menos que entre com uma verba minimamente digna para isso. Acho que de facto é um bocadinho, considerando que por vezes quando há que apertar o cinto até se retiram as benesses. Houve uma altura em que havia alunos que recebiam uma participação do estado e uma bolsa da Câmara Municipal, depois, com a crise teve que se retirar. Quando não há dinheiro não há



vícios, como dizia o outro. Mas reconhecendo-se que há necessidade de participar, há casos que de facto, mesmo para aqueles que trabalham que os cento e cinquenta euros é pouco.”-----

Adriano Ferrão: “Quanto a este assunto queria dizer que, primeiro, nem todos os cursos têm mestrados integrados e por isso o mestrado não é inerentemente uma necessidade para quem tira uma licenciatura. Se o faz é uma opção, porque pode sair com uma licenciatura, se acabar os três anos pode continuar com ele integrado ou não, se pretender o mestrado. As universidades têm diferentes referenciais quanto a isto, isto vem do processo de Bolonha e muito havia a dizer com o processo de Bolonha, porque foi um lindo projeto, teoricamente até muito perfeito, mas depois na prática é um aproveitamento, no fim de contas, de transitar para as famílias a despesa de um quarto e um quinto ano de uma licenciatura a que chamam mestrado. De qualquer modo, o que está aqui em causa são valores que podem ser corrigidos, a qualquer altura, uma proposta, que até possa vir da própria Assembleia e que possa ser ponderada pelo executivo. Esta parece-me uma proposta razoável, neste momento, logo se verá. E acato, com agrado também a ideia de que, para além de ajudar com esta bolsa os alunos de famílias mais carenciadas, que, com certeza, necessitarão, e que este valor para eles não será pouco, tudo o que venha é bom. Mas também para aqueles alunos que, com mérito possam ser, esses sim, premiados, até para exemplo para os demais, para que consigam incentivar-se quer nas famílias, quer por eles próprios a chegar a bons resultados escolares, porque se a juventude conseguir bons resultados académicos toda a sociedade virá futuramente a beneficiar.”-----

Pedro Coelho: “Só para especificar melhor a minha intervenção, quando eu há pouco referi que havia cursos que tinham o mestrado integrado, até foquei dois exemplos. O que estamos a dizer é que há um conjunto de licenciaturas, ex. licenciaturas, agora mestrados, nomeadamente, há um conjunto de profissões que exigem que para exercer tem de ter o grau de mestre integrado. Estamos a falar de direito, estamos a falar das engenharias, da arquitetura, estamos a falar dos médicos, todos esses não podem exercer a sua profissão se não tiverem o mestrado. E o que estava a referir era exatamente isso, nesses casos. Nesses casos essas pessoas não são apoiadas, porque não vão ficar pelo primeiro ciclo do ensino superior, que é os três anos, porque senão não vão poder exercer a sua profissão. Era nesses exemplos que estava a focar, mas há, de certeza, muitos mais e todos aqueles que têm ordens profissionais ficaram



nesse registo, com a transição para Bolonha, que exigem os cinco anos e que passa a designar-se com mestrado integrado. Quanto à proposta, a nossa proposta era clara, pelo menos os trezentos euros para atribuição da bolsa.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, João Cabrita, Eugénia Baptista, Bertílio Mendes, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Rui Gago, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de isenção total do pagamento de taxas devidas pelas operações urbanísticas, objeto de ações de reabilitação, a desenvolver na zona abrangida pela delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Antigo de Albufeira, bem como considerar como projeto urbanístico de interesse municipal-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Pedro Coelho: “Tenho de voltar a questionar o que já temos vindo a debater nas últimas duas Assembleias. Na Assembleia de Setembro, foi aprovado esta ARU, depois mais tarde houve uma troca de impressões ao nível de um dos pontos da Assembleia anterior, também foi aflorado esta questão da delimitação da ARU, agora vem à Assembleia este ponto exatamente para uma proposta projeto urbanístico de interesse municipal. A pergunta é: - Se esta delimitação vai ser efetuada, perante esta ARU, ou se é uma ARU que se vai efetuar e vai somar à já existente, em que fase estamos neste processo?”-----



Presidente a Assembleia: "Só para esclarecer, aquilo que estamos aqui a discutir é única e exclusivamente a isenção total do pagamento de taxas. A proposta que vem da Câmara Municipal é confusa, relativamente ao conteúdo e que leva a que no ponto sete e oito ela seja repartida, mas não. Depois de esclarecido junto da Senhora Vereadora Cláudia Guedelha e do Senhor Presidente da Câmara, o momento deliberativo, até porque a Senhora Arquiteta esclareceu que, nos outros pontos já havíamos deliberado sobre o interesse municipal e aquilo que aqui vinha era única e exclusivamente a questão relativamente à isenção das taxas, portanto, o benefício fiscal. O que vamos única e exclusivamente deliberar é a isenção total do pagamento de taxas, neste caso, na área do centro antigo de Albufeira e com isso também o ponto oito irá ser retirado, a pedido do Senhor Presidente, mas lá chegaremos. É única e exclusivamente a isenção das taxas, tudo o resto que já foi deliberado não é objeto desta deliberação, foi deliberado, não há alterações ao que já foi deliberado. Não tinha sido deliberado a isenção das taxas, se bem que a última deliberação possa ser confundível com esta, mas o que está esclarecido é única e exclusivamente a questão da isenção das taxas."--

Pedro Coelho: "A minha intervenção foi no sentido de, primeiro ponto, de retomar os debates que têm sido efetuados nesta Assembleia. Na dita intervenção de Setembro que não ficou gravada, mas que havemos de colocar em ata, onde é afluído um conjunto de limitações que a ARU do centro antigo de Albufeira tem, nomeadamente um conjunto de zonas que são exatamente iguais a outras que estão incluídas, mas que não estão incluídas, essa é uma das questões. Quando disse há pouco que na Assembleia anterior voltou-se a falar disso, porque um dos pontos isso foi falado e o Presidente referiu que não tinha tido oportunidade de abordar esse assunto, mas que é intenção de o efetuar. E daí a pergunta que fiz. Em que ponto estamos nessa, porventura, alteração? Outra coisa diferente do que analisei na documentação, é que a informação técnica que nos chega é exatamente a mesma, a fundamentação técnica da ARU de Albufeira é exatamente idêntica à informação técnica da ARU de Paderne. E a questão do projeto urbanístico de interesse municipal está contido na informação, julgo que é a epígrafe da informação. Por isso referi exatamente isso."-----

Presidente da Assembleia: Por ter afluído esse tema é que fiz logo o reparo, que o momento deliberativo e aquilo que é solicitado, em termos de deliberação é só a questão da isenção da taxa, obviamente que, não impede que a discussão se possa



abranger, porque não conseguimos discutir uma coisa sem as demais considerações. Até para explicar já a questão do ponto sete e do ponto oito."-----

Presidente da Câmara: "Aquilo que diz aqui, embora possa eventualmente haver alguma perturbação na escrita da proposta, ou nos considerandos, o que é certo é que na parte final diz: - "A presente proposta tem por objetivo, estabelecer a concessão da isenção total de taxas municipais devidas pela operação urbanística desde o início até ao final do procedimento, que diga respeito a ações de reabilitação localizadas na zona abrangida pela delimitação da ARU do centro antigo de Albufeira, mencionadas no presente documento, como incentivo à realização de operações urbanísticas, objeto de ações de reabilitação, com vista ao investimento na reabilitação urbana". Portanto é apenas, tendo em conta os benefícios fiscais que se pretende tirar como consequência das áreas de requalificação urbana."-----

Pedro Coelho: "Só para perguntar em que ponto estamos nessa dita alteração ou dito aditamento, fiquei sem perceber."-----

Presidente da Câmara: "Isso é outra questão, é a questão da alteração ou não do limite, utilizando o termo correto, delimitação da ARU, conforme já falei que possa estar de acordo em algumas situações que possa ser alterado, mas isso é outra questão. O que agora temos de ver é, tendo em conta a ARU aprovada e existente, temos de acabar com esta situação, daí a isenção das taxas. A seguir, poderemos, com certeza, refletir se dentro da possibilidade, porque isto foi objeto de candidatura, mas penso que é possível, tendo em conta sempre, no pressuposto e com a premissa de ser possível a alteração do limite. Mas isso é outra questão, a questão agora é pura e simplesmente a questão dos benefícios fiscais relativamente àquela que está aprovada."-----

Pedro Coelho: "Não está aqui em causa essa questão, da dificuldade de interpretação do que está a ser objeto de deliberação. É clara a questão das isenções, é para isso que serve a ARU, se discordasse dessa questão então não sabia o que estava aqui a dizer, é para isso que serve a ARU. Há duas questões processuais, já que se está a colocar essa questão, primeiro é que a folha entregue da primeira documentação é esta que tem quadros ao apoio ao investimento na reabilitação a prever pelo município de Albufeira e depois o título é delimitação da área de reabilitação urbana no centro antigo de Albufeira, "projeto de interesse municipal". É este o documento que apoia todos os documentos que nos é entregue para apreciação, daí estar a referir isso. Objetivamente, claro que depois algum do conteúdo, porque essa parte do interesse



municipal também está cá, mas o outro conteúdo mais material é exatamente a isenção e é isso, o grande instrumento é promover essas isenções para promover as operações de reabilitação urbana. Isso acho que é inequívoco o interesse desse processo, estava só a perguntar, porque temos em dois documentos o que já tivemos em outras Assembleias, a questão da delimitação, em que fase estava. Mas já percebi que ainda está a ser ponderado, se vamos alterar a que agora estamos a aprovar ou se existirá uma nova em formato de aditamento.”-----

Adriano Ferrão: “Acho que esta discussão não se põe neste momento, não digo que ela não seja um dia pertinente. Neste momento é realmente esta proposta de isenção deste benefício, dentro desta área delimitada, que seja ela qual for, a que ficar delimitada tem este benefício desta isenção. E é isso que estamos no fim de contas a ponderar, penso que não vale a pena alargarmos para uma discussão que neste momento não é pertinente.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, João Cabrita, Eugénia Baptista, Bertílio Mendes, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Rui Gago, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de isenção total do pagamento de taxas municipais devidas pelas operações urbanísticas, objeto de ações de reabilitação, a desenvolver na zona abrangida pela delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Aldeia de Paderne, bem como considerar como projeto urbanístico de interesse municipal-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, João Cabrita, Eugénia Baptista, Bertílio Mendes, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Rui Gago, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de projeto urbanístico de interesse municipal da Área Urbana da Aldeia de Paderne; -----

Presidente da Assembleia: "Como referi, quanto ao ponto oito, o mesmo é retirado porque não é objeto de solicitação deliberativa por parte da Câmara Municipal." -----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à proposta que visa apoiar financeiramente a AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve, na operacionalização da Brigada de Sapadores Florestais Intermunicipal;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, João Cabrita, Eugénia Baptista, Bertílio Mendes, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Rui Gago, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e



Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----
A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público, com publicação no JOUE, para fornecimento de uma mini-pá carregadora, cinco retroescavadoras e acessórios, pelo valor de 497.000,00 + IVA;----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Roberto Raposo: "Só uma questão que está confusa, fala na aquisição de uma viatura para desentupimentos e era para saber se a mesma está mesmo contemplada ou não. Porque é perceptível que existe cabimento para a aquisição. Então saber se está contemplada a aquisição de uma viatura de desentupimentos, uma vez que sabemos que a que existe está a cair aos pedaços, porque não é perceptível neste ponto se está contemplada a aquisição dessa máquina ou não."-----

Presidente da Câmara: "É precisamente o que está aí, uma retroescavadora, mini pá, cinco retroescavadoras e acessórios, que eu saiba não tem mais nada."-----

Presidente da Assembleia: "Estamos a discutir o ponto dez e a questão do equipamento de saneamento é no ponto onze. A questão, se calhar é para o ponto onze."-----

Renato Pimenta: "Queria colocar uma questão que também é extensível ao ponto onze, quem é que vai manobrar estas máquinas? Quem é que vai conduzir os pesados? É que cada vez que se fala em fazer contratações de pessoal para conduzir pesados e manobrar máquinas a resposta da Câmara é: - "não conseguimos fazer essas contratações". Estas aquisições vão ser feitas para quê? Para serem usadas por terceiros ou pela Câmara com efetivos da Câmara?"-----

Presidente da Câmara: "Quem vai trabalhar com essas máquinas tem de ser os manobreadores de máquinas. Com certeza que haverá necessidade de abrir concurso. O não ter as máquinas é uma razão, se temos as máquinas é porque temos as máquinas, se não temos as máquinas, nada se faz. Mas o objetivo e o pressuposto é que haja manobreadores das máquinas, seja na Câmara Municipal, seja, eventualmente, nas



Juntas de Freguesia. Pode acontecer, em termos da nova delegação de competências que haja algumas dessas passagens."-----

Pedro Coelho: "Senhor Presidente, depois de me ter descansado que não ia ter de ser o condutor da máquina, porque a certa altura poderia ser a Assembleia, tem bons membros. Mas a questão pertinente que estava a observar no final da intervenção é se essas máquinas podem ser cedidas, transferidas para as Juntas de Freguesia e se a intenção é essa. Que elas fiquem ao dispor das Juntas de Freguesia, nomeadamente aquelas que têm um contexto mais rural, onde a máquina terá, de certeza, uma capacidade e uma eficácia superior, neste caso, fala-se de Paderne, ou Guia."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, João Cabrita, Eugénia Baptista, Bertílio Mendes, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Rui Gago, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para fornecimento de uma viatura ligeira tipo furgão, três viaturas todo o terreno para limpeza de praias, uma viatura ligeira com equipamento de saneamento e duas pesadas com equipamento de saneamento, pelo valor de 471.500,00 + Iva-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Roberto Raposo: "Volto a questionar se está prevista uma viatura de desentupimentos, porque sabemos que a que existe atualmente está como está."-----



Vereador Rogério: "Está incluída uma viatura para limpeza de fossas, uma carrinha. Atenção que este valor total, foi aberto o concurso público onde incluía um camião grande, também para limpeza e desobstrução de águas sanitárias. Este concurso ficou deserto em dois dos lotes e daí vir da reunião de Câmara para se poder comprar, já no ano de dois mil e dezanove. Tem de vir aqui para se aprovar essa compra que vai acontecer já em dois mil e dezanove. É a carrinha e as três viaturas todo o terreno, que em princípio ainda se vai conseguir neste ano de dois mil e dezoito."-----
 Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, João Cabrita, Eugénia Baptista, Bertílio Mendes, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Rui Gago, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----
 A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de aquisição de cinco frações autónomas, designadas pelas letras "A", "O", "P", "Q" e "R", situadas na Quinta da Bela Vista, Lote L5, Correeira, freguesia de Albufeira e Olhos de Água, pelo valor total de 610.000,00€;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Ana Ramos: "Relativamente a este ponto gostaria de colocar as seguintes questões, tratando-se de cinco frações autónomas, daquilo que pude ver relativamente às cadernetas prediais, parece-me que se destinam, essencialmente a comércio. Gostaria de perguntar para quê esta aquisição, qual é o efeito pretendido, se têm algum projeto, se necessitam de obras? E a razão do valor de seiscentos e dez mil euros estar acima do valor da avaliação efetuada pelo perito avaliador? Uma vez que bem sabemos que os



valores podem sempre andar para cima e para baixo, em cerca de dez por cento, por que razão, neste caso é acima.”-----

Presidente da Assembleia: “Só informar que, atendendo à retificação que foi enviada hoje, as frações que estão em causa é a “A”, “O”, “Q”, “R” e “P”. Aqui só estão quatro letras, apesar de se ter referido cinco e é a crescida a letra “P”.”-----

Presidente da Câmara: “Esta aquisição é um processo já com algum tempo e tem a ver com o desenvolvimento da atividade, principalmente e praticamente da APEXA. Onde vai haver uma unidade relacionada com uma associação autista e que são nestas frações todas. As frações embora tenham acesso individual comunicam entre si. Relativamente ao aumento da avaliação, a avaliação foi, salvo erro, quinhentos e cinquenta e oito mil euros e a aquisição que se propõe é de seiscentos e dez mil, fazendo a questão dos dez por cento dava seiscentos e treze mil euros. A proprietária queria, na altura, seiscentos e trinta mil, por aí, conseguiu reduzir até seiscentos e dez mil, precisamente para estar dentro dos dez por cento acima dos quinhentos e cinquenta e oito mil. Relativamente ao espaço, é um espaço construído e há espaço exterior, um jardim. Uma parte do logradouro com certeza que será utilizado pelas instalações que a APEXA poderá vir a utilizar, e o objetivo é esse, o resto do parque será um parque, jardim público.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: um (01) Leonardo Paço-----

Abstenções: onze (11) João Cabrita, Bertílio Mendes, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Emília Sousa, Vera Belchior, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne -----

Votos a favor: treze (13): Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Rui Gago, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão em conjunto, dos pontos treze e catorze e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----



PONTO TREZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano 2019-2022;-----

PONTO CATORZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do orçamento para o ano 2019, incluindo Mapa de Pessoal -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Pedro Coelho: "Começando pelo orçamento, este orçamento revela algumas faltas de ambição numas áreas, noutras não. Mas começaria por uma delas, que considero que poderíamos ir muito mais além. O tarifário da água e saneamento. O tarifário da água e saneamento não é mexido, nos impostos, como já foi objeto de apreciação nesta Assembleia. São alterados, mas a água e saneamento mantém-se e continuamos com, sensivelmente, o dobro da receita que temos face às despesas, em termos de custos neste sector. Temos condições para baixar o tarifário e para aumentar investimento nesta área. Depois, outro aspecto a focar. Os espaços verdes, o valor inscrito no orçamento de duzentos e cinquenta mil euros é insuficiente para a criação de novos espaços verdes. Julgo que deve ser um valor equivalente para a manutenção, mas para a criação de espaços verdes é um valor muito exíguo e é necessário tanto para Albufeira como para as restantes freguesias. Na habitação social; o valor inscrito é de cento e quarenta e cinco mil euros, isto para os valores que acabamos de aprovar até há pouco no ponto anterior, se pudssemos equiparar, estamos a falar de valores muito baixos, para aquilo, de mercado, que se poderá fazer com este valor? Depois, teremos, também é um valor baixo. E por fim, ao nível do mapa de pessoal também salientar que, neste momento que o município está a passar, em termos de reorganização dos seus serviços, acabamos de fazer essa aprovação na Assembleia anterior, poderia ser mais aberto a mudanças no perfil dos cargos dirigentes, porque parece-se claramente que está muito afunilado, o cargo de dirigentes, em termos das suas especificações e isso não permite a abertura da reforma que estava prevista, ou pelo menos que eu interpretei, no organograma apresentado e votado na Assembleia anterior. Uma observação que também julgo interessante efetuar e que já foi abordada nesta sessão, a questão dos operacionais. Os operacionais, não são reforçados, especialmente no



sector de infraestruturas e máquinas e equipamentos, de forma significativa, para não dizer que há sectores que não são reforçados mesmo. Essa questão que há pouco se colocava, de os manobradores de máquinas é exatamente uma limitação que este orçamento apresenta, como nos canalizadores ou nos serventes, ou outras matérias que se podem observar. Julgo que em termos de orçamento e mapa de pessoal, eram estas as observações que gostaria de fazer."-----

Fernando Cabrita: "Sobre a questão do orçamento temos algumas dúvidas a suscitar, aliás, a própria comissão política do PS teve ocasião de fazer uma nota de imprensa, na qual apontava algumas deficiências a este orçamento. Não aceitamos votar favoravelmente este orçamento, mas também não vamos pretender e talvez não conseguíssemos reunir os votos suficientes e também não é nossa função destrutiva e não íamos cair numa questão do orçamento em duodécimos, por exemplo, longe disso. Queremos que a Câmara tenha possibilidade, mas é um orçamento nitidamente de iniciativa camarária, sabemos que o orçamento é uma estimativa, não é para cumprir na íntegra e nesta situação não vamos pretender que ele seja cumprido. Mas também queremos que o orçamento seja só para cumprir uma fase, que é necessário ser aprovada. Por isso mesmo achamos que este orçamento, que segundo uma informação que tive, não sei se está correta ou errada, desde já me penitencio, mas a questão que se põe é que, de facto, o orçamento atual, do ano de dois mil e dezoito, já foi objeto de mais de trinta alterações. Portanto, talvez esteja a exagerar um pouco a eficácia do orçamento. Por exemplo, sessenta por cento ou setenta por cento de incumprimento, no sentido de não seguir o orçamento, a função é realmente fraca. O orçamento é só para cumprir formalidades, por isso não vamos votar este orçamento, porque achamos que é um orçamento em sumula pouco ambicioso e que realmente deveria assumir-se mais com iniciativas de certos sectores, inclusivamente a cultura, que é extremamente importante e que não se pode descorar. Tenho uma declaração de voto para apresentar." (Doc. n.º 1 anexo a esta ata)-----

Adriano Ferrão: "Ouvi atentamente a declaração de voto proferida, ainda não fizemos a votação, contudo, de qualquer modo ouvi os itens com que se fundamenta a crítica feita a este orçamento. No entender do PS a habitação, a cultura os transportes deviam ser mais tidos em conta neste orçamento, mas quero lembrar que a Câmara privilegiou áreas que são altamente sociais. Temos o caso dos lares, que há muito tempo se fala da sua necessidade, aliás a população portuguesa e Albufeira não escapa



a isto, vai com certeza envelhecer, é assim que tem sido o movimento demográfico que se faz sentir e que nos vai levar, cada vez, ter mais dispositivos e instituições que cuidem das pessoas que vão chegando a uma determinada idade. Esta ação social encontra também eco na habitação social, pareceu-me um bocado estranho ouvir que a habitação não estava contemplada. A habitação social é contemplada, com cerca de quatro milhões, é um esforço que ainda não se tinha visto, é mais premente, mais visível. Existe também um esforço na área do saneamento, são cerca de seis milhões. A rede viária, que importa recuperar, num conselho que sofreu desinvestimento da época de crise e por isso agora interessa recuperar, tem a sua continuidade assegurada, com mais alguns milhões alocados. A educação é também uma área social que se mantém premente e sublinhada com outra verba assinalável, na casa dos quatro milhões. O desporto, o associativismo, os seus equipamentos, os seus recintos, enfim, não me parece que este seja, de maneira nenhuma, um orçamento desequilibrado, parece que é um orçamento que pretende atender às necessidades do concelho, nas suas diferentes freguesias, com várias vertentes, bastante abrangente e que de algum modo pode salvaguardar as despesas que se adivinham quando o plano hidráulico para evitar inundações em Albufeira for por diante e esse sim, exigir avultadas despesas. De modo que é isto que me apraz dizer a favor deste mesmo orçamento."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente às questões levantadas pelos membros do PS e foi lida a nota de imprensa, em que o ponto principal é a questão da preocupação que têm manifestado relativamente ao saldo existente, já tivemos oportunidade de falar nisso há pouco, quero dizer que este é um orçamento que tem este cariz, tem esta direção, não tem outra, porque há outras pessoas que fariam o orçamento de outra maneira, isto depende das pessoas que fazem. Se calhar se fosse hoje já não faria da mesma maneira, faria de outra. No entanto é preciso não esquecer que está aqui espelhado um orçamento altamente exigente em termos de requalificação urbana, em termos de arruamentos, mobiliário urbano, iluminação pública de várias artérias do concelho. Está pavimentações de caminhos e estradas do concelho, sem ser na parte urbana. Falou-se nos transportes, está previsto haver, uma vez que dois mil e dezanove vai ser o ano onde se vai renovar a concessão dos transportes urbanos de Albufeira, o Giro. E o Giro vai passar a vir até à Guia, vai passar a ir aos Olhos de Água e Açoteias. Portanto, acho que há um aumento, pela positiva, desse tipo de situação, e às Ferreiras já vai. Depois temos a construção de habitação social, não apenas a construção, porque



temos apenas que colocar aqui na construção se houver terrenos para o fazer. A Câmara de Albufeira é uma Câmara que tem muito pouco património, porque há uns anos a esta parte, foi adquirido muito pouco património para a Câmara poder agora ter possibilidade de fazer essa construção. Não há praticamente património nenhum. E tem havido já algumas aquisições de terrenos, alguns deles não vieram à Assembleia Municipal, porque não carece, tendo em conta o valor, ou tendo em conta a despesa que não é efetuada em dois anos económicos, inclusivamente, aqui na Guia já foi adquirido um. Está agora para o Tribunal de Contas, à entrada da Guia, tem uma parte que é de construção. Tenho um outro em avaliação, precisamente muito próximo daquela zona, a avaliadora ainda não entregou a avaliação. Há outros que já são municipais, que já estão incluídos, nomeadamente em Paderne. Estão inseridos aqui já para se fazer, na Samora Barros, que é um terreno municipal. Temos numa zona da pista das Fontainhas, uma parte que dá para construção de habitação. Temos de estar primeiro a criar o objeto e depois trabalharmos sobre o objeto. Porque se não tivermos o objeto não podemos trabalhar sobre ele. A Câmara de Albufeira tem muito pouca possibilidade de fazer construção, temos primeiro de adquirir os terrenos e depois, eventualmente, se eles derem para construção, em termos de PDM, ótimo, se não derem, temos de esperar pela alteração do PDM, para poder vir a alterar, para poder vir a construir. Depois, a questão do investimento na educação, que é com alguma substância, que temos a ampliação das escolas do segundo e terceiro ciclo, a ampliação da Diamantina Negrão e da Francisco Cabrita, para além de melhoramentos nas outras escolas, nos espaços exteriores, nomeadamente, a nível de sombreamento, a nível de pavimentos, ar condicionado, a questão climática dentro das salas de aula. Temos a questão do saneamento, que prevê algumas áreas de implementação de projetos de serviços, nomeadamente a zona norte de Paderne, Alcaria, Ribeira de Alte, os Matos. Temos a requalificação de linhas de água, que tem-se feito um trabalho bastante forte de limpeza e requalificação de linhas de água. É o orçamento que temos, temos a perspectiva que o saldo não seja mais ou menos o mesmo no próximo Dezembro de dois mil e dezanove, que não seja muito perto deste saldo que temos agora. Esperemos que ele seja, de alguma forma diluído. Temos a questão dos lares, a ação social não só tem um peso importante na habitação, mas também na construção dos lares, que já falei há pouco. Há pouco, o Dr. Fernando Cabrita falou na questão das alterações, para fazer uma alteração orçamental basta haver necessidade, numa rubrica pôr mais dez mil



euros, ou cinco mil, o que seja, já é preciso fazer uma alteração orçamental, mudar de uma rubrica para outra. São questões que se fazem quase dia a dia. Relativamente a uma revisão orçamental, é um pouco diferente, são introdução de novas rubricas, novos projetos que vão surgindo, a qualquer momento. Evidentemente que quando se está a aprovar um plano e orçamento é pura e simplesmente uma previsão, é uma estimativa. Evidentemente que pode acontecer que, ao longo do ano, tendo em conta circunstâncias do momento e a contingência que pode ocorrer de qualquer forma, pode haver necessidade de introduzir projetos que não era prioridade no princípio, o fim do ano económico anterior, mas passaram a ser prioridades por uma razão qualquer alheia à nossa vontade. É o orçamento que está aqui proposto."-----

Fernando Cabrita: "A questão que se põe é relativamente à manutenção deste saldo. Deus queira que ele venha por muitos e bons anos. Havemos de chegar à bolha, mas neste momento o IMT é sem dúvida favorável, porque os valores são maiores, os compradores são sobretudo estrangeiros e portanto querem cumprir. Antigamente era normal declara-se um preço na escritura inferior ao preço real. Hoje em dia raramente isso se faz, até porque com o cruzamento de informações, nomeadamente a bancária é realmente fácil detetar essas coisas. E as pessoas têm de acompanhar os países que estão mais avançados nessa matéria e alguns que se gabam. Há aquela tradição dos países nórdicos que normalmente são incapazes de mentir relativamente a qualquer coisa. A verdade é esta, os preços subiram, os compradores são estrangeiros, ingleses menos, estão eles a vender e querem vender pelo preço superior ao que compraram, com certeza, depende do ano em que compraram. Mas com a crise, baixaram os preços, andaram por baixo e de facto, houve muitos construtores que tiveram que desistir da sua atividade e despedir pessoal. Após isso, e neste período de subida dos preços, efetivamente, o IMT tem tendência para subir, ainda. Relativamente ao IMI, as isenções cada vez são mais curtas e também vão terminando e portanto, com os valores que têm as aquisições presentes também já não são objeto de grandes períodos de isenção, são exceções. Portanto, penso que nesse aspeto, pode haver razões para se ser otimista, para que as receitas do município vão subindo. Tanto assim que, depois do período da crise, se influiu, graças à poupança da Câmara e ao amearhar para pagar as dívidas que contraiu e a situação financeira é folgada, neste momento, felizmente. Acho que nesse aspeto podíamos ter algum otimismo e alguns campos terem mais, nomeadamente a habitação. Não havia terrenos, as Câmaras não tendem a enriquecer



mobiliariamente, não sou defensor dessa ideia. Não é para isso que existem as autarquias, é para prestar serviços, sobretudo, serviços à população, aos munícipes do respetivo concelho, ou da respetiva freguesia, embora nas freguesias em menor possibilidade. A questão é esta, é que os municípios deviam ter-se precavido e houve talvez nestes últimos mandatos uma falta de possibilidade. Até porque os preços eram maiores e também as contas do município não andavam tão bem, mas a verdade é que já poderiam ter sido adquiridos, devia ter havido já alguma previsão de se poder precavermos e de terem comprado alguns terrenos e tentar fazer onde era possível. Neste momento estamos na primeira fase, a comprar os terrenos. Foi comprado um e está outro em negociação, não é assim Senhor Presidente?"-----

Pedro Coelho: "Esta questão da transição de saldo de cerca de oitenta milhões traz-nos aqui dualidade interessante neste debate. É que a transição de saldo é superior ao orçamento. Há pouco quando referia aqueles valores de investimento, era os valores de despesa inscritos no orçamento de dois mil e dezanove, mas se formos ver as GOP onde tem a transição de saldo, aí temos uma figura completamente diferente. É aí que vem a questão dos terrenos, porque no orçamento de dezanove o valor dos terrenos é ínfimo. Quando passamos para as GOP, uma análise já com a transição de saldo, observamos à volta de três milhões de investimento em aquisição de terrenos. Olhando para aquele valor, o meu colega Fernando Cabrita também já referiu, não deixo de ficar um pouco apreensivo com o valor tão alto de aquisição de terrenos. Essa questão parece-me ser pertinente discutir nesta sede, porque as autarquias não têm como função estar a adquirir terrenos. Tem como função prestar um conjunto de funções. E essas funções muitas vezes estão associadas à necessidade de um espaço, mas esse espaço faz-se através de planeamento. O que quero levar a esta questão dos terrenos é que se tivéssemos os instrumentos de gestão territorial em vigor, isto é, se tivéssemos Planos Pormenor, Planos de Urbanização eficazes e a serem elaborados para as sedes de freguesia e para a sede concelho, nós tínhamos um conjunto de espaço de cedência, porque quando as operações são feitas, para densificar o território, ao nível do urbanismo, tem que se ter um rácio de metros quadrados para propriedade da Câmara, seja para domínio público municipal, seja para domínio privado municipal. E é aí que a Câmara fica com a posse dos terrenos, para exatamente a seguir construir equipamentos sociais. O que quero dizer com isto é que, quando eu vejo, por exemplo, zero virgula oito milhões de euros, para aquisição de terrenos para um parque



industrial e comercial, não sei qual é, mas não deixo de tentar perceber porquê que estamos a fazer uma aquisição deste género. Ou, zero virgula cinco milhões de euros para parques verdes, mas parques verdes, por definição podem ser enquadrados em operações urbanísticas. Por vezes não, porque a continuidade não o permite, mas uma parte sim. Para a aquisição de terrenos, para construção do pavilhão desportivo das Ferreiras, de igual forma, se tivéssemos um Plano de Urbanização das Ferreiras, teríamos de ter, obrigatoriamente, cedências e aí teríamos um espaço para construir equipamentos sociais e desportivos, onde se insere, por exemplo, um pavilhão. É exatamente nesta rúbrica, com este montante tão elevado, para não falar do quartel dos Bombeiros, que também está aqui e mais uma vez pode ser um cedência, no âmbito de uma operação grande, agora a questão é a dimensão da operação. Não temos Plano de Urbanização nas Ferreiras, temos um Plano de Urbanização aprovado e com um grau de eficiência baixo em Albufeira. Não temos em Paderne e julgo que não temos na Guia, ainda, temos o de serviços mas não temos o Plano de Urbanização da Guia. Se tivéssemos todos estes instrumentos de planeamento territorial, teríamos muito mais capacidade de fazer estes investimentos a custos muito mais baixos. É isso que me parece aqui nas GOP, essa questão reflete-se também nos parques infantis, onde o investimento não é assim tão avultado, como nos espaços verdes, com uma necessidade de também fazer aquisição de terrenos para as hortas, bom há aqui um conjunto de aquisições que me parecem ser excessivas e poderiam ter outro caminho para o município conseguir acarretar património, por via destas operações de planeamento. Por fim, salientar a questão das juntas de freguesia, da descentralização para as juntas e da verba com esta transição do saldo, perto de oitenta milhões ou mais, vão ser seguramente superior a oitenta milhões. Ter atenção para que se cumpra esse compromisso assumido, desse acordo de delegação de competências, fornecendo mais meios financeiros através da transferência, mas também meios materiais, como há pouco se falava das máquinas, que nestas GOP em várias rubricas aparecem equipamentos pesados a ser adquiridos e espero que alguns desses fiquem ao serviço das juntas, de forma descentralizada. Foi por isso que em reunião de Câmara o PS aprovou o anterior orçamento e GOP com a questão da descentralização, agora absteve-se, como comunicamos que nos vamos abster, mas com esse foco, nessa delegação que tem de existir para que as freguesias possam executar as suas funções."-----



Adriano Ferrão: "Tendo em conta o que foi agora mencionado, seguramente que os instrumentos de planeamento poderão ser uma mais-valia para a obtenção de espaços que a Câmara mais tarde poderá vir a utilizar. Contudo, não há "bela sem senão" e por isso há aqui um problema adjacente, que é a localização desses mesmos espaços. Não vamos criar recintos de parques infantis ou de espaços verdes onde não sejam eles próprios, uma mais-valia para a população e que sejam deslocados da zona onde poderiam estar. Ao delinear os determinados espaços em planos de pormenor, encontramos localidades como as Ferreiras ou Albufeira que já estão urbanizadas e que é nesses mesmos espaços que lá estão agora urbanizados, muitas vezes, que é necessário criar esses recintos e esses espaços que estávamos a mencionar. Por isso, dificilmente os instrumentos de planeamento vão garantir que esses espaços nessas localizações sejam depois angariados dessa maneira, pelos instrumentos de planeamento e não por, efetivamente, uma compra por parte do município. Não deixa de ser, ao mesmo tempo essa compra, uma forma de investimento, não no investimento no sentido empresarial, mas de um investimento que mais tarde pode ser proveitoso para os fins a que se destina uma gestão camarária, em benefício dos seus munícipes."-
Presidente da Câmara: "Nunca falei que a Câmara queira enriquecer com a compra de terrenos, não é nenhuma imobiliária. Só falei que os terrenos são necessários para fazer habitação social, para fazer lares, para fazer escolas, para parques industriais ou comerciais, para fazer espaços verdes, espaços infantis. Enfim, é preciso terreno, ou então estaríamos num mundo virtual, se não fosse preciso terrenos, ou estaríamos em suspense, a levitar. Relativamente à não existência, ou existência ou falta dela, dos planos de urbanização das localidades apontadas pelo Pedro, evidentemente que se não existem não podemos trabalhar sobre eles. Quando se coloca numa rubrica determinado tipo de valor significa que, ou há uma perspetiva de atingir aquele valor ou já com alguma situação em vista, ou é a perspetiva cega, sem ter uma situação já bem identificada. Às vezes, há situações já identificadas, já perspectivadas. Dentro de poucos dias vou ter uma reunião com o Diretor Geral do Tesouro, precisamente por causa de um terreno em Albufeira que está nas finanças, quem sabe se se chega à negociação desse terreno. Ainda hoje, soube de um outro que está na mesma situação, são situações que vão acontecendo todos os dias, a toda a hora, portanto terá que haver a salvaguarda. Quanto menos necessário for uma revisão para se poder introduzir uma rubrica, para poder fazer qualquer coisa, já se sabe que isso demora



muito mais tempo, do que se for feita a revisão é muito mais fácil de se tratar. Temos de ter uma abertura, um orçamento não só fechado, mas de alguma abertura para dar a possibilidade de ser um pouco maleável nestas circunstâncias."-----

Fernando Cabrita: "Eu não disse que as Câmaras devem fazer isso, eu disse exatamente o contrário. Eu não sou daqueles que defendem que as Câmaras têm de enriquecer. Há Câmaras ricas, por razões talvez por doações, deixas testamentárias, ou qualquer coisa do género. Não defendo isso, acho que no mínimo, para os lares, para habitação social ou de custos controlados, visto que a habitação social tem alguns inconvenientes, mas a verdade é que para isso é necessário que se vá investindo e precavendo para o futuro. Porque é básico, precisamente porque não se pode construir no ar, tem de se construir mesmo em cima da terra."-----

Pedro Coelho: "Quando eu referi essa questão dos instrumentos, se calhar temos de voltar um bocadinho atrás. É que coloca o referencial agora e percebo que, agora é que está na posse das suas funções, mas temos um legado dos executivos do PSD, que de alguma forma coincide com o quadro legal dos instrumentos de gestão territorial. O que estou a querer dizer, de forma objectiva, é que, temos um PDM de noventa e cinco, que ainda está em vigor. A partir de dois mil e um temos um quadro legal de instrumentos de gestão territorial quase muito semelhante ao que existe hoje. E o que quero dizer com isso é, que desde dois mil e um, até hoje, dois mil e dezoito, tinha existido tempo para fazer um conjunto de planos. Temos o plano pormenor da frente mar, que é feito com o Pólis, que termina em dois mil e três ou dois mil e quatro. Temos o plano da cidade de Albufeira, que é da sede do concelho, onde existia toda a necessidade de infraestruturar a cidade, com espaços verdes, com equipamentos sociais e com habitação a custos controlados, que começa nesse período e termina em dois mil e treze. Depois, de dois mil e treze a dois mil e dezassete, que é quando é feita a alteração do PUCA, praticamente não é executado. Estamos numa fase de baixa imobiliária, que pode justificar essa questão, é um facto, mas, levou quase dez anos a elaboração do PUCA. Esses dez anos de falta de execução leva a que depois não haja terrenos. Leva depois, a que não haja exatamente o que foi dito aqui, que é "se calhar o espaço verde agora não está no sítio certo", porque a operação urbanística caiu no sítio certo, do espaço verde. É verdade, mas isso é por ausência de planeamento. E isso é da cidade de Albufeira, mas podíamos estar a falar de Ferreiras, que cresceu, nos últimos dez anos muitíssimo. E se tivéssemos um plano, tínhamos conseguido ter espaços



verdes adequados, ter infraestruturas desportivas, todas na mesma área, bem delimitadas, porque é aí que se faz a transformação do solo, é aí que se transforma o solo rural em solo urbano. É aí que se ganha mais-valia para o município e quando isso não é feito durante estes anos todos a fio, vamos ficar neste ponto, que agora precisamos das infraestruturas, neste caso equipamentos sociais e não temos terrenos. Eu percebo, na sua situação, tem de adquirir, mas também temos de fazer o planeamento já, senão isto é um ciclo vicioso que não termina. Falando da habitação, temos o PUCA que tem habitação a custos controlados inscrita num conjunto de loteamentos, de unidades de execução previstas no plano e as unidades de execução não são executadas. Várias vezes já pedi informação sobre a operacionalidade, sobre a implementação daquele plano, porque é um fator decisivo para aumentar a habitação a custos controlados. Mas se o plano não é operacionalizado, não é implementado, a habitação a custos controlados não aparece. É por isso que estava a referir a questão dos terrenos e habitação social através do planeamento."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO TREZE:-----

Votos contra: dois (02) Miguel Pinheiro, Renato Pimenta. -----

Abstenções: doze (12) João Cabrita, Bertílio Mendes, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Emília Sousa, Leonardo Paço, Vera Belchior, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne -----

Votos a favor: onze (11): Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Rui Gago, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

VOTAÇÃO PONTO CATORZE:-----

Votos contra: dois (02) Miguel Pinheiro, Renato Pimenta. -----

Abstenções: doze (12) João Cabrita, Bertílio Mendes, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Emília Sousa, Leonardo Paço, Vera Belchior, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne -----

Votos a favor: onze (11): Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Rui Gago, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----



A proposta foi aprovada por maioria.-----
Miguel Pinheiro apresenta e lê declaração de voto. (Doc. n.º 2 anexo a esta ata)-----

PONTO QUINZE

Apreciação e deliberação do Regulamento Eleitoral da Assembleia Municipal Jovem de Albufeira (AMJA) -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Assembleia: "Só para fazer uma retificação, no que diz respeito à numeração, porque passava do artigo quinto para o artigo sétimo, assim sucessivamente, terá um total de vinte e um artigos e não de vinte e três como estava mencionado."-----

Ana Ramos: "Relativamente a este ponto, inicio a minha intervenção por reiterar o seguinte: - A bancada parlamentar do PS não é contra nenhum tipo de iniciativa, nem de projeto, que envolva a participação dos jovens na vida política do município. Não é contra, deixo aqui bem claro. Também não é contra qualquer tipo de iniciativa, como esta, da criação de uma Assembleia Municipal Jovem de Albufeira. Para nós, este é um assunto que é muito sério e como qualquer assunto sério exige rigor no seu tratamento. Posto isto, a bancada parlamentar do PS não pode, não vai aprovar este regulamento eleitoral. Porque o ponto é a apreciação e deliberação do regulamento eleitoral, este é o ponto, não é a questão da participação dos jovens na vida política do município. Como tal, vamos votar contra, porque entendemos que este regulamento eleitoral levanta inúmeras questões, inclusive do ponto de vista jurídico e de outros pontos de vista, que passarei a explicitar. Ainda um ponto prévio, não entendemos, desde logo, porque é que existe um regime jurídico dos conselhos municipais da juventude, que é de dois mil e nove e que tem, apesar de ser um órgão consultivo do município, tem prevista a sua obrigatoriedade, nomeadamente na questão da audição, apesar de ser um parecer não vinculativo, é obrigatório que este conselho seja criado e seja ouvido, nomeadamente na aprovação do orçamento, no que diz respeito a questões relacionadas com projetos, relacionados com a juventude. Não entendemos porquê? Que esse conselho municipal de juventude não foi ainda criado, a competência para essa aprovação e para essa criação, segundo me parece, também cabe à Assembleia Municipal, no seu artigo vinte e cinco, diz isso, que a Assembleia Municipal aprova o regulamento do respetivo



conselho municipal de juventude. Este regime jurídico é muito claro no que diz respeito aos fins deste conselho municipal de juventude, nomeadamente diz, nas últimas alíneas que, *visa colaborar com os órgãos do município no exercício das competências deste, relacionadas com a juventude, incentivar e apoiar a atividade associativa juvenil, assegurando a sua representação junto dos órgãos autárquicos, bem como junto de outras entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras e promover a colaboração entre associações juvenis no seu âmbito de atuação.* No seu artigo quarto diz ainda que, a composição destes conselhos municipais de juventude é uma composição plural e portanto prevê, não só, o Presidente da Câmara Municipal, como também; passo a ler, para que fique claro *um membro da Assembleia Municipal, de cada partido, um representante do município no conselho regional de juventude, um representante de cada associação juvenil com sede no município, inscrita no registo nacional de associações jovens, um representante de cada associação de estudantes do ensino básico e secundário com sede no município, um representante de cada associação de estudantes do ensino superior com sede no município, um representante de cada organização de juventude partidária com representação nos órgãos do município, um representante de cada associação jovem equiparados a associações juvenis e por aí fora.* Portanto, antes de se falar de uma Assembleia Municipal Jovem, dever-se-ia questionar relativamente à não existência ainda de um conselho municipal de juventude e consideramos que isto é colocar "a carroça à frente dos bois", passo a expressão, com esta preocupação em criar esta Assembleia Municipal Jovem, quando deveria existir, de antemão, este conselho municipal da juventude, até porque uma das suas competências e um dos seus fins é precisamente gerir, regular e representar também este tipo de projetos e de iniciativas. Depois, indo ao ponto e a este regulamento, que se chama regulamento mas que a mim não me parece bem um regulamento. Entendemos que há outras questões que se levantam, desde logo não compreendemos, não entendemos quais as competências e atribuições, se isto é um projeto, se isto é um órgão. Há pouco, um membro do público, penso que Ricardo Sequeira falou como sendo um órgão. Não entendemos quais são os direitos e os deveres dos deputados, qual a composição deste órgão. Se existe um período de mandato dos seus deputados, quando é que perdem ou deixam de poder ser deputados, qual a frequência das reuniões, etc. Depois, temos ainda a questão da limitação da participação dos jovens na sua globalidade, porque, segundo me parece, quem pode



participar são os jovens dos quinze aos dezoito anos, sendo certo que, por exemplo hoje veio aqui o membro do público, Ricardo Sequeira, com uma ideia, um projeto muito interessante das hortas e no entanto, peço desculpa se estiver errada, penso que terá mais que dezoito anos. Como tal, entendemos que este é um formato extremamente burocrático, não irá facilitar a participação dos jovens, que já se vêm muitas vezes arredados destas lides políticas, deveria se ter pensado num formato mais aberto, mais flexível, que de facto, promova uma real e efetiva participação dos jovens na vida política. Depois, temos a questão da ingerência na vida das escolas ao impor, digamos assim, uma eleição ou uma comissão de eleição às escolas. Não entendo sequer se isto é possível, do ponto de vista jurídico, penso que o Vitor poderá depois ajudar nesta questão. Como é que podemos impor às escolas estas eleições, não sei se isto não tem de ir a aprovação, não há aqui uma ingerência nas normas de gestão das escolas. Pegando num exemplo, que foi enviado para os deputados, para análise, o exemplo de Vila Franca de Xira, saltou-me desde logo à vista que é um exemplo diferente daquilo que está aqui em questão. Porque, para já, fico com a sensação que se trata de apenas de um projeto, não daquilo que me parece aqui estar em causa, a criação de um órgão. É um projeto e há uma nuance que faz toda a diferença neste projeto de Vila Franca de Xira, que é, há um projeto que é apresentado às escolas e são as escolas que depois podem, por sua iniciativa, candidatar-se a esse projeto. Depois, a ideia parece-me, deste projeto, é realmente promover debates e sessões que envolvam alguns jovens, alguns alunos de cada uma das escolas, de Vila Franca de Xira ou de cada um dos agrupamentos, no sentido de que são depois escolhidos pelas próprias escolas, não há propriamente uma eleição, ou uma comissão de eleição, ou um regulamento eleitoral nesse sentido. Consideramos que há, de facto, questões muito duvidosas e é por essa razão que iremos votar contra, reiterando que somos a favor de todo o tipo de iniciativas e de projetos que envolvam os jovens e a participação dos jovens. Reiteramos novamente que, este tipo de assuntos são sérios, não se tratam de meras operações de charme, de operações de marketing ou de angariação de votos e portanto têm de ser pensadas e refletidas e ponderadas a todos os níveis, não podemos apresentar um regulamento, que, na minha opinião, falo a nível pessoal, nada tem de regulamento. Porque um regulamento é muito diferente disto, tem de haver uma base, tem de ser algo que regulamente efetivamente. Que me parece não ser o caso aqui e levanta-nos imensas questões, mesmo relativamente à forma como ele está redigido,



tenho mesmo muitas dúvidas, ao ler este regulamento, como é a forma relativamente à qual esta eleição poderia ser levada a cabo, mesmo em relação à explicação das listas, se as listas são depois votadas por cada um dos agrupamentos? Tenho uma série de dúvidas que penso que, desculpem, com o devido respeito, parece que foi preparado em cima do joelho."-----

Helena Simões: "Acho que houve uma palavra foi dita que é preciso clarificar, foram referidas algumas ilegalidades e tive a seguir de uma forma criteriosa a intervenção e não foi referida nenhuma ilegalidade em concreto. E acho que essa questão é preciso clarificar. Poderá haver omissões, poderá haver dúvidas, mas ilegalidades é importante, se as há que sejam referidas. Até porque o documento que vem aqui hoje é um documento que já foi submetido à Assembleia a vinte e quatro de Outubro, parece-me a mim que entre vinte e quatro de Outubro e a data presente havia tempo para clarificar, fazer propostas de alteração. Enfim, até porque me parece a mim que o documento inicial poderia ser uma base de trabalho. Fala-se no conselho municipal de juventude, se existe, se não existe, se está em funcionamento, porquê que não foi chamada a coação para a questão do orçamento, enfim. Estou em crer, e salvo melhor opinião que possa alguém presente clarificar, que um organismo não substitui o outro. Tal como já havia dito, dar voz aos jovens nunca é demais. Principalmente na hora atual, quando aquilo que se vê na *Gerigonça* e aquilo que se vê nas notícias atualmente, nos últimos dois dias, até porque na passada terça-feira foi o vigésimo nono dia da convenção dos direitos das crianças, tem havido um desinvestimento em tudo o que é proteção de jovens, proteção de crianças, colocação das mesmas em casas temporárias, em situações de risco, pelo menos nos últimos dois dias tem feito manchete em todo o lado. Acho que, pelo menos, é de congratular esta Assembleia Municipal, este executivo, porque continua a fazer investimento junto dos jovens, nomeadamente, o ponto quatro, a hipoterapia, nomeadamente a compra das lojas para a APEXA. Choca-me chegarmos a este ponto e ver o PS, apenas e só porque não entende que um regulamento é um regulamento, que a única coisa sobre a qual estamos a versar é a capacidade ativa e passiva de votar e ser eleito, uma vez que a criação da própria Assembleia já foi votada na Assembleia de vinte e quatro de Outubro, ou seja, a missão foi nesse momento discutida, neste momento só estamos a falar do regulamento, quem tem capacidade para votar e quem tem capacidade para ser eleito. Gostaria de volver à bancada do PS que clarificassem, um, que ilegalidades é que



referem que o regulamento contém, em concreto, ponto por ponto, artigo por artigo, alínea por alínea. Dois, se, em concreto um conselho substitui a Assembleia e uma vez que informa de tais ilegalidades, porquê que entre vinte e quatro de outubro e o presente momento, uma vez que têm interesse em dar a voz à juventude, não fizeram qualquer proposta de alteração."-----

Ana Ramos: "Posso enumerar algumas questões que, para mim do ponto de vista jurídico, são muito duvidosas. Desde logo, relativamente à nova legislação da proteção de dados, a questão de pedir os cadernos para efeitos das listas. Depois, peço apoio do Vitor, relativamente à questão que falei, da ingerência da vida nas escolas, que este regulamento, na minha opinião, salvo melhor opinião, poderá implicar."-----

Presidente da Assembleia: "Os senhores vereadores apenas podem intervir em defesa da honra, não para dar explicações. Por muita boa vontade que tenha. Estou a ver a Sara a fazer uma cara de desdém e não é, por boa ou má vontade. Quando tem sido em defesa da honra ela tem sido dada, não faço questão nenhuma de retirar a palavra. Se formos assistir a uma reunião do executivo, nós também não temos intervenção. É um momento de intervenção dos membros da Assembleia Municipal, poderá fazer todas as explanações que quiser, se passamos a um membro fora da Assembleia Municipal num período da Assembleia Municipal, isto é que não cai em lado nenhum, nem na lei, nem no regulamento, nem em regimento nem em lado nenhum. Se o Senhor Presidente tem de pedir a palavra para os senhores vereadores poderem responder, é a pedido do Senhor Presidente e porque a lei o permite que o faça, tal como em defesa da honra, os senhores vereadores não permanentes têm esse direito. Não é uma intervenção em defesa da honra, não há motivo justificativo para essa intervenção. Vejam o regulamento, vejam a legislação no que diz respeito a isto, o regimento desta Assembleia, aprovado aqui. Senão estamos a fazer um órgão consultivo que não é o caso. Peço imensa desculpa, podem não concordar comigo, não é uma questão de gosto, é uma regra que está mais que explicitada no nosso regimento e mais que explicitada na lei. Os vereadores não permanentes têm direito a intervir na Assembleia Municipal exclusivamente na defesa da honra, e assim que tem acontecido tem sido dada a palavra, mas não é o caso, porque senão o vereador não permanente tem tanta legitimidade para intervir como qualquer outro membro chamar outra pessoa qualquer. O senhor vereador só tem palavra se o Senhor Presidente pedir. Trata-se do respeito pelo regimento e pela lei, não tem direito a intervir na Assembleia Municipal."-----



Ana Ramos: "Senhor Presidente, queria desculpar-me não era minha intenção ir contra. Achei que não haveria problema e de facto não me apercebi dessas questões formais. Relativamente à questão da ingerência, penso que há a necessidade de uma aprovação prévia por parte do conselho geral e é nesse sentido que falei da ingerência e de alguma imposição na vida normativa das escolas e foi por isso que pedi, porque sei que a pessoa em questão saberia explicar melhor isso."-----

Adriano Ferrão: "Só para lembrar que os conselhos gerais das escolas são o interlocutor principal que a escola tem com a comunidade. Por isso estabelece essas pontes, estamos a falar da juventude, a juventude é uma parte da nossa sociedade. Claro que a escola terá de pensar em si, se na sua dinâmica letiva e das suas atividades que já têm extra curriculares, tudo aquilo que é uma escola, se ainda lhe cabe ali o tempo que vai necessitar para estes trâmites. De qualquer modo, com certeza que, estou certo e seguro que, qualquer conselho geral tentará, ao máximo apoiar uma iniciativa destas, porque esta vem de encontro à função que ele próprio tem, que é estabelecer estas pontes. Por isso o conselho geral, ele próprio é constituído por membros também da sociedade e da comunidade, com relevância para as associações, para as instituições, várias, por isso esta ponte é estabelecida. Esta natureza participativa da juventude é de certeza um dos valores que deve ser defendido, de qualquer conselho geral. Ainda não ouvi nenhuma ilegalidade, ouvi dúvidas, questões duvidosas, ilegalidades não."-----

Leonardo Paço: "Queria pedir ao Senhor Presidente da Câmara que desse a palavra ao vereador Vitor Ferraz."-----

Pedro Coelho: "A questão formal deste regulamento é eleitoral, mas este regulamento eleitoral tem aqui um detalhe que gera alguma desta confusão, que é a questão de não ter uma lei habilitante. A partir do momento que não tem uma lei habilitante, não tem um regimento é normal que haja um conjunto de dúvidas nesta matéria. Como já foi referido na sessão anterior, ao nível das competências e atribuições. Se existisse algo onde tivéssemos uma lei habilitante, se calhar essa questão ficava de forma esgrimida, não tendo é normal que as dúvidas subsistam. É normal que a dúvida subsista se existe um mandato ou não associado a esta, ou se é um órgão, também não é claro no documento que temos aqui, porque não há um regimento, não há lei habilitante, só se recorrermos ao preâmbulo. A questão é que muitas destas matérias só nos permitem socorrer através do preâmbulo. E o preâmbulo é manifestamente insuficiente para



conseguir regulamentar o órgão que está a criar. E é por essas questões todas que estão aqui associadas, que a Ana explanou em vários pontos, que parece que as dúvidas subsistem. Se estamos a falar de participação dos jovens, há outros instrumentos muito interessantes a serem executados ao nível do país, com maior taxa de sucesso e maior taxa de participação e de implementação do que estamos a discutir hoje, e podíamos começar pelo orçamento participativo jovem. Que é um orçamento participativo que tem sido usado em muitos municípios, é um orçamento participativo que promove a participação dos jovens por duas formas, pela forma de promover projetos que queiram ser implementados no seu concelho, como há pouco foi referido pelo público, Ricardo Sequeira, que entrevistou referindo a questão das hortas, quando refere que tem um projeto que é as hortas, se tivéssemos este instrumento no orçamento participativo jovem era exatamente um projeto interessante a colocar nesse âmbito. E todos os restantes jovens poderiam votar nesse projeto ou noutros. O que estou a referir exatamente é que aí há uma mobilização dos jovens para determinadas temáticas que os jovens se interessam e que querem ver concretizadas no seu território. E quando estamos a falar dessa participação, com outros formatos e que queremos incentivar a participação pode ser por este, como pode ser, como se falou na Assembleia anterior, pelo parlamento jovem, que também pode ser fomentado. Há algumas questões que suscitam dúvidas e há outros instrumentos passíveis para exatamente fomentar a participação dos jovens."-----

Ana Cristina Oliveira: "Queria, no seguimento das palavras do Pedro, dizer que nós na escola já temos o orçamento participativo, portanto, os nossos alunos já participam na definição daquilo onde querem que o dinheiro seja aplicado, também já têm esses hábitos de participação. Queria complementar as palavras do Adriano, no sentido de que, de facto, o conselho geral é que toma essa decisão, de participar ou não naquilo que é proposto e pode, obviamente, não querer participar. O conselho geral da escola é que decide se participa ou não, por isso não vejo que haja qualquer obrigação da escola participar. É uma proposta que será aceite ou não, a escola tem liberdade de aceitar ou não. Parece-me com menos ar democrático a ausência de uma eleição, uma proposta de sugestão não me parece que seja um bom exemplo de democracia, acho que uma eleição tem sempre um carácter democrático. Portanto a ausência de eleição a mim não faria qualquer sentido."-----



Pedro Coelho: "Só para esclarecer, o orçamento participativo jovem que eu estava a referir é desenvolvido pelo município, se está a ser efetuado nas escolas, acho muito interessante, mas o que estava a referir era de génese municipal. É o município que, à semelhança do que Albufeira está a fazer e bem, está a desenvolver um orçamento participativo à escala local, à escala de todo o concelho, para todas as faixas etárias. Por vezes faz-se e há muitos exemplos pelo país fora, de municípios que fazem orçamentos participativos para aquela faixa etária dos jovens, exatamente para alcançar os objetivos que se pretendem com esta Assembleia Municipal."-----

Fernando Cabrita: "Senhor Presidente não se agaste com a inexperiência, eu já estive vinte e cinco anos nesta Assembleia e resolvi fazer um último mandato, se durar até lá, à partida penso que sim, mas por vezes há surpresas. Não se indigne, há que tolerar, porque se vai ganhando experiência e os velhos têm que sair para que os novos venham continuar a sua missão. Era só um aparte. Penso que há, de facto, para além desta questão do orçamento participativo, ser o da Câmara, não o da escola. O da escola é bem-vindo, com certeza e é uma espécie de trabalho de casa, mas é o orçamento participativo da Câmara que se fala. Há um outro aspeto, que também me parece que é, o facto da inexistência, do preenchimento, da criação, na prática, do conselho municipal da juventude é um parecer, ainda que não vinculativo, é um parecer obrigatório, é uma formalidade que se tem que preencher. Para assuntos como estes, da juventude, de facto deve existir esse concelho, para dar o seu parecer vinculativo ou não. No caso não é vinculativo como diz a lei. É interessante, porque já falou uma pessoa que é licenciada em letras, já falou uma pessoa que é licenciada em história, pelo que me parece, falou um engenheiro e agora um advogado que faz cinquenta anos de carreira. Para além destes dois elementos, que são de ordem, já que da bancada do PSD, um membro referiu que não se apontou nenhuma ilegalidade, acho que estas duas já são suficientes. Uma terceira, que eu aqui acho que também não tem razão de ser e depende de caso a caso, que estas coisas, são resolvidas caso a caso, é quando no artigo vinte refere o título, é contagem dos votantes e dos boletins de voto, *encerradas as eleições, o presidente da mesa da Assembleia de voto manda contar os votantes pelas descargas efetuadas nos cadernos eleitorais*. Número dois; *concluída essa contagem, o presidente manda abrir a urna, a fim de conferir o número de boletins de voto entrados, e, no final da contagem, volta a introduzi-los na urna*. Número três, *em caso de divergência entre o número de votantes apurados nos termos*



do número um e o de boletins de votos contados, prevalece, para fins de apuramento, o segundo destes números. Quer dizer, se houver uma descarga, por exemplo, de vinte elementos e determinado número de votos, nos termos do número um, quando se for verificar o que está na urna, são por exemplo trinta, é só mais cinquenta por cento, pura e simplesmente não é fácil, está aqui referido que prevalece para fins de apuramento o segundo destes números. Isto não pode ser decidido assim, peço desculpa, é uma observação minha. E estes princípios, se se vai adotar isto, mau serviço que se está a prestar aos jovens, está-se a prestar um mau serviço porque estamos a indicar que vale tudo e que não faz mal que as pessoas não apareçam ou que haja uma desconformidade entre números dos votos na urna e aqueles que foram objeto de descarga dos votantes e tanto faz, aprova-se e está feito. Não pode ser assim, basta ter o mínimo de sensibilidade jurídica para não aceitar uma coisa destas. Isto é uma forma de corrigir grosseira, que não se pode adotar. Cada caso, é um caso, se houver uma desconformidade de um voto tudo bem, ou dois ou três, ou cinco por cento, agora, se efetivamente for, é um convite à chapelada. Penso que este número não tem razão de existir e isto para mim é uma ilegalidade notória. Mesmo que não fosse, politicamente ou até culturalmente isto repugna-me."-----

Presidente da Assembleia: "Só dizer ao Doutor Fernando Cabrita, que de facto já partilhamos umas quatro Assembleias Municipais, faço agora dezassete ou dezoito anos disto, portanto também já levo aqui algum tempo e a minha indignação tem a ver com o facto de eu estar a manifestar a minha opinião e eu estou de frente para todos e há algumas expressões, essas sim, como estou de frente, são dirigidas a mim, eu respondo. Inexperientes, somos todos, estamos todos constantemente a aprender, nestes anos todos que aqui andamos."-----

Presidente da Câmara: "É daquelas situações que não estava à espera, embora não veja que haja alguma razão, pelo facto de ser subdiretor do agrupamento, até porque é o único agrupamento escolar que não tem alunos para esta Assembleia, uma vez que são alunos do ensino secundário, de qualquer das maneiras e tendo em conta que estamos quase a chegar ao Natal, espírito democrático, com alguma tolerância, eu peço ao Presidente da Assembleia, se assim o entender, que conceda a palavra ao vereador."---

Vereador Vitor Ferraz: "Obrigado senhor Presidente pela prenda, pelos vistos o natal chegou mais cedo. Antes de mais, lamentar que isto chegue a este ponto, que para mim é um situação óbvia e criar este atrito relativamente à questão dos jovens, fico triste



relativamente a esta situação. Não tem nada em estar a favor ou estar contra os jovens, penso que estamos todos a favor da participação dos jovens. Sou subdiretor de um agrupamento, trabalho com eles todos os dias e esta questão não tem nada a ver com isso, é rigorosamente à parte disso. Estou habituado a fazer, todos os dias, correções aos jovens. Não tem nada a ver ser contra eles ou a favor, mas quando fazemos alguma coisa temos de fazer como deve de ser. Este é um princípio que defendo lá no meu agrupamento. E esta questão da Assembleia Municipal Jovem está relacionada, precisamente, com a questão do conselho municipal da juventude. O conselho municipal da juventude é uma situação que foi criada e aqui a minha estranheza relativamente a esta questão. Isto é uma lei que é a lei seis de dois mil e doze, foi uma alteração aprovada pelo governo PSD, não foi nossa. E aparece essa situação caricata, o PS a tentar implementar uma lei que foi aprovada pelo governo do PSD. Mas a questão aqui não tem a ver com isso, é aquilo que a Ana já falou e é verdade, não tem nada a ver com a Assembleia Municipal Jovem, tem a ver com a questão da ilegalidade que foi falada. O conselho municipal da juventude tem várias competências, muito importantes a nível de participação jovem, muito importantes mesmo. A lei foi alterada em dois mil e doze e não foi implementada desde essa altura. Desde essa altura, pelos vistos ninguém esteve preocupado com os jovens, nunca foi implementado. Parece que só agora é que descobriram, através desta Assembleia que vamos apoiar os jovens. Acho isso um bocado estranho. A questão do conselho municipal jovem é uma questão de legalidade, de cumprimento e outra coisa que ninguém falou ainda, já que estamos numa Assembleia, é uma questão de respeito por outra Assembleia, a Assembleia da República. Isto é uma lei, que foi alterada em dois mil e doze e que exigia que nos municípios que não houvesse implementação, tinham seis meses para o fazer e não fazem. Fazem uma coisa, entre outras, que acho muito importante, que é dar um parecer obrigatório, por exemplo de uma coisa que foi aprovada no ponto anterior, que é o orçamento da Câmara Municipal. Ou seja, este orçamento não devia ter sido aprovado, sem um parecer obrigatório do conselho municipal da juventude, que não existe. Aqui, se calhar haverá alguma ilegalidade, depois deverão me responder em relação a isso. Isso é uma questão, outra questão é a implementação desta Assembleia Municipal Jovem nas escolas. A Ana falou da questão da ingerência, não é uma questão, propriamente, de uma ingerência, de estarmos preocupados ou não queremos que os jovens participem nas escolas, não tem nada a ver



com isso, mas as coisas têm de ser feitas como deve de ser. A partir do momento que se pretende fazer uma eleição dentro de uma escola, aqui temos uma questão que tem de ser clarificada, não sei se isto é um projeto, se é um órgão e isso faz toda a diferença. Porque se quiserem fazer uma atividade deste tipo dentro de uma escola, este regulamento provavelmente poderá servir em algumas partes. Se quiserem fazer uma eleição, mesmo formal, ela tem de fazer parte integrante do regulamento interno. A partir desse momento, as questões e as competências da comissão eleitoral caem por terra. Esse é que é um dos grandes problemas. Porque, primeiro, temos a questão da aprovação dessa eleição, em regulamento interno, que tem de ser aprovado pelo conselho geral, que reúne no final de cada ano letivo para fazer essa aprovação. E todo esse regulamento que vocês querem implementar, tem de constar do regulamento interno. Há aqui questões que já foram abordadas, que deixam cair por terra algumas situações, que é a questão do caderno eleitoral. Por causa da questão da proteção de dados, a secretaria não pode dar dados seja a quem for. A secretaria nem pode dar dados à Câmara Municipal e trabalha diretamente connosco, sem uma autorização prévia dos próprios, se forem maiores, ou dos encarregados de educação. Isso cai logo por terra relativamente à questão da representatividade. Já agora levanto outra questão, há uma comissão eleitoral, vai ser trabalhada em dois agrupamentos, não vou ficar triste porque o meu não foi escolhido, mas quero só lembrar uma coisa, vocês propõem a partir do décimo ano, certo, mas depois a nível da habilitação, em alguns pontos, falam da questão de alunos entre os quinze e os dezoito anos. Quero vos relembrar que, no meu agrupamento lido diariamente com alunos de quinze, até dezassete anos e alguns quase a fazer dezoito. Portanto, esta Assembleia já não vai representar uma parte dos jovens de quinze a dezoito anos do município. Já cria aqui alguma fragilidade a nível de representatividade. Estas questões que estou a levantar, são questões processuais, que não têm nada a ver com a questão de ser contra ou não, mas são questões que depois na prática, se vocês chegarem a uma escola com este regulamento vão logo vos dizer que tens uns pontos graves de implementação. Aquilo que eu acho, é a minha opinião, vamos começar por fazer aquilo que é obrigatório, não temos de inventar nada, já está feito, que é o conselho municipal da juventude. Vamos implementar esse conselho municipal da juventude, onde estão todos representados, todas as juventudes partidárias, quer uma quer outra, porque isto nunca pode ser uma arma de arremesso. Temos a bandeira da defesa da juventude e há os bons e os maus e



os que querem fazer isso são os bons e estes são os maus, isto não funciona assim. Vamos implementar aquilo que já existe, aliás, vamos cumprir a lei, porque não sei que mensagem nós estamos a passar aos jovens, quando nós, aqui vou juntar também o conselho municipal da educação, quando nós dizemos que existe lei que vem da Assembleia da República, que diz que tem pareceres obrigatórios, que diz que tem de estar constituído, mas esta não fazemos, vamos fazer esta que é mais gira. Mas isto é o “verde minho” da lei? Escolhemos só aquelas nós implementamos, que mensagem é que nós passamos aos jovens ao fazer isto? Se calhar vamos passar a mensagem que é, a lei é para se cumprir, uma obrigação de todos os autarcas é cumprir a lei, então vamos cumprir a lei e depois de cumprir a lei vamos ver que se calhar é um projeto engraçado, que pode ser cruzado com a questão do orçamento participativo jovem e as duas coisas em simultâneo até podem dar outra dimensão a esse projeto. E pode ser engraçado e se quiserem ajuda para fazer isso eu até ajudo, para fazer, um projeto que se enquadre dentro das escolas, sem problemas nenhuns. Agora, vamos cumprir a lei, parece-me a mim que é o mais adequado.”-----

Helena Simões: “Continuo a defender e vou usar uma gíria dos jovens, “defender a minha dama”, em que entendo que um órgão não substitui o outro, nem o outro substitui o outro, poderão trabalhar em paralelo. Não obstante um ser do ponto de vista legal obrigatório e o outro ser por iniciativa desta Assembleia Municipal. Não obstante, respondendo à única questão desta ilegalidade que foi referida, no seu artigo vinte, que é a primazia dos votos na urna, sobre as descargas nos cadernos, é assim em todos os regulamentos eleitorais. Posso referir, por exemplo, o regulamento do processo eleitoral para o Conselho Superior do Ministério Público, posso referir o artigo cento e trinta e um, da lei eleitoral dos órgãos das autarquias locais, é a transversal a todas as leis. Levei um tempo a responder, porque tentei andar à procura da norma legal, porque gosto de saber do que falo, no entanto, parece-me a mim, se é uma transposição em todas as leis eleitorais em vigor, neste momento no país, não me parece que padeça de alguma ilegalidade.”-----

Adriano Ferrão: “Também estive a ouvir, aquilo que ultrapassou, quanto a mim, os esclarecimentos que foram pedidos ao senhor vereador, de qualquer maneira, se bem me lembro, porque também já pertenci ao conselho geral de uma escola, o conselho geral pode reunir extraordinariamente por solicitação do diretor, o que faz com que um assunto destes possa ser contemplado antes do fim do ano, pelo próprio conselho



geral. Depois, a questão da idade, porque realmente há alunos que vão repetindo o ensino básico e chegam à idade que está aqui contemplada no regulamento, contudo, por um critério de maturidade académica, de objetividade crítica que um aluno do secundário deverá demonstrar, parece que é mais promissor e mais eficaz que realmente isto se processe em escolas do secundário. Quanto aos orçamentos participativos dos jovens, ficou uma pergunta aqui a abalar, que é, porquê que o PS ainda não propôs um orçamento participativo dos jovens até hoje? Agora vem, neste momento, tornar isto bastante premente. Por outro lado, porquê que as juntas, com uma pequena verba não realizam um orçamento participativo jovem, nas suas regiões?"- Pedro Coelho: "Só para colocar algumas questões, ou melhor, respostas, principalmente à última. Se na Assembleia anterior tivesse evoluído de outra forma, essa questão poderia ter sido a florada logo na anterior Assembleia, mas sem prejuízo dessa questão, que estamos aqui a falar das Assembleias, de ter feito essa proposta, do orçamento participativo jovem, os vereadores não permanentes do PS já fizeram essa proposta em sede de Câmara. Por isso não é uma novidade, que só agora cá chegou. Se na outra Assembleia tivéssemos tido um debate mais abrangente, como está a ser feito agora, podíamos ter chegado aí e podíamos, e acho que ainda podemos, de haver algum consenso de como vamos talhar este instrumento. Se da vossa parte estão a referir a questão das ilegalidades eu volto a falar da boa prática legislativa, porque se trabalha com as leis recorrentemente, porque é a sua função, o seu trabalho, também sabe que a questão de um preambulo não é normal que esteja aí umas atribuições e finalidades. Não é normal que se vá definir a constituição de um órgão via preambulo, sem ter uma lei habilitante, não é normal. Posso dizer também, da minha prática profissional, que já fui o tal abstrato legislador. Não é normal este tipo de proposta."-- Presidente da Assembleia: "Confundimo-nos e confundimos, ultrapassamos a questão que está aqui a ser discutida e percebo que queiram fazer de outras formas, mas interpretem apenas isto, a proposta que aqui vem é tão só e exclusivamente isto, criação da Assembleia Municipal Jovem e o regulamento. Perdoem-me dizer isto com a mais modéstia, prefiro ter um mau do que não ter nenhum. Eu vou vos dizer que efetivamente estudei isto e vi todas as críticas e reconheço a imperfeição deste documento, como fui eu o autor dele, reconheço a imperfeição dele. Mas, também reconheço a inexistência de qualquer outra proposta alternativa a esta. É que não há nenhuma proposta alternativa ao que quer que seja. Nem sequer a um artigo, nem sequer a



qualquer redação. A única coisa que estamos aqui a discutir não é um documento, é o conceito. Portanto, como nós preenchemos a discussão confundindo o que é o concelho municipal da juventude, que não depende nem é competência desta Assembleia Municipal, que não aprovar a pedido da Câmara Municipal. Porquê? Porque se repararem na composição do conselho municipal da juventude, aquilo que lá menos há é jovens. E a Assembleia Municipal Jovem o que pretende é educar, não é substituir. A criação de um órgão zero, porque não tem efeitos deliberativos nenhuns. E a matéria que vem à discussão nas Assembleias Municipais Jovens são propostas pelos jovens. Percebo que a redação possa não ter sido a mais feliz, mas está lá escrito, que cada lista tem de pôr, pelo menos, ou com um máximo de três temas. E são esses os temas que são o conteúdo da discussão da Assembleia Municipal Jovem. Não visa substituir ninguém, não visa substituir qualquer outro órgão, não visa criar órgãos, visa criar um sítio de debate de ideias. Até gostava de ter sido o autor disto, mas zero. A coisa mais fácil que há, quando se rebatem as críticas que não são outra coisa que não um plasmé daquilo que foi a experiência de duas Assembleias com mais de dez anos e o mais essencial de todos, peço desculpa, porque não leram, se tivessem lido as críticas estavam esbatidas, que foi uma coisa que as escolas utilizam, e as escolas deste concelho utilizam e alguns aqui já tivemos familiares a participar, numa coisa tão simples que vem da Assembleia da República, que é isto, que foi enviado para vocês, que se trata, do parlamento jovem. Todas as críticas cá estão, a questão dos cadernos eleitorais, é uma cópia do que está no parlamento jovem. A questão da mesa de voto, é uma cópia do que está no parlamento jovem, a questão da comissão e da contagem dos votos, é uma cópia do que está no parlamento jovem. Dou-vos os artigos, artigo oitavo dos cadernos eleitorais, artigo vigésimo do regulamento jovem. É como digo, se há alguém que conhece leis é a Assembleia da República. Isto emana da Assembleia da República. Todas as escolas já aplicaram isto, com pais, familiares, orgulhosos das crianças que já lá foram, foram baseadas nisto que aqui está a ser discutido. Infelizmente não tive a genialidade de ser o autor disto, fui apenas uma coisa que peguei no regulamento do parlamento jovem e transpus para aquilo que é o decurso de conversas com professores, com dois concelhos diretivos, das duas escolas secundárias. A proposta como nasce de mim, idealizei uma coisa que não é perfeita, infelizmente não é, gostava eu que fosse, mas aí não era Presidente da Assembleia, estava se calhar no altar, se fosse perfeito. Aquilo que estamos a discutir não se trata



do conteúdo, não se trata da forma, trata-se única e exclusivamente de uma ideia. E discutir ideias tem isto mesmo, cada um tem a sua opinião e é respeitável, mas agora trata-se de uma questão. Que nós dizemos que não temos conselho municipal da juventude, então não vamos ter Assembleia Jovem. Então os jovens deste concelho, por maioria de razão, nunca vão estar disponíveis para participar numa eleição, nunca vão estar disponíveis para participar numa Assembleia Municipal, nunca vão estar disponíveis para serem nada, porquê? Porque nós achamos que nunca vamos ter um documento, perfeitamente idóneo para fazer isto, e o que é que acontece? Estamos a discutir, volto a dizer, a ideia e não o conteúdo. Porque quando discutimos conteúdos dizemos o artigo tal deve ter esta redação, como já o fizemos aqui, como dizia a Helena e bem, vinte e quatro de Outubro, o documento foi retirado. A questão que está aqui é, que sou o primeiro a reconhecer a imperfeição do documento, a imperfeição da ideia, mas perdoem-me isto, eu prefiro ter esta, do que não ter nenhuma. Prefiro ter uma Assembleia porquê? Porque o conceito e aqui vou aproveitar para voltar a dizer o mesmo, está aqui uma coisa que a Ana Ramos referiu e bem, que não estava a duração do mandato, portanto já fiz aqui no artigo quatro, já vos proponho isto, como sou o autor do documento posso propor as alterações. Há jovens que este ano escolar ainda vão conseguir participar, mas se calhar no próximo já não conseguem. E nunca vão conseguir, porque nós não lhes damos oportunidade de entrar naquilo que é uma discussão. Não se trata, uma repetição, uma réplica da Assembleia Municipal, trata-se de nós, membros da Assembleia Municipal ensinarmos os jovens a estarem presentes e poderem discutir, a ganhar experiência, como disse o Dr. Fernando Cabrita. É única e exclusivamente isto, o projeto é só isto. Agora repetindo e respondendo cada um, o órgão não se trata de criação de um órgão, esta Assembleia Municipal tem hipóteses de participar ativamente, é uma coisa que se chama responsabilidade cívica. Nós temos essa responsabilidade, nós quando dizemos que os jovens não têm intervenção, somos os primeiros, hoje, aqui, a saciar essa intervenção dos jovens, por entender que os jovens nunca vão ter capacidade para participar aqui ou nós mesmos, não temos a capacidade de os ensinar a intervir. Porque aquilo que se prende é, nós Assembleia Municipal, membros desta Assembleia, ensinarmos os jovens a participar, para que um dia, efetivamente, também já cá estou há muito tempo, venham nos substituir e tenham conhecimento de causa, para que possam fazer, que venham discutir ideias, porque cada lista vai ter de propor ideias. Não se trata, volto a



dizer, de substituir ninguém. Em última análise tenho um colega que quando lhe pediam alguma norma jurídica ele dizia, está no artigo primeiro e seguintes, não há lei habilitante maior do que a Constituição da República Portuguesa. E nós todos temos o dever, enquanto eleitos, de ensinar e de partilhar os conhecimentos que temos. Não há ensinamento melhor do que mesmo numa situação frágil, e arcaica se venha a ter vinte e cinco jovens a intervir numa Assembleia Municipal, sobre temas que eles próprios escolheram. É o que digo, tem muita matéria para corrigir, mas isto é a primeira e se funcionar, porque há de funcionar de uma forma ou de outra, se não for connosco há de funcionar depois. De facto acho gratificante todos nós podermos ter capacidade de instalar isto e fazê-la funcionar, sem dispromor de alguém e sem idolatração de quem quer que seja, não se trata disso, trata-se única e exclusivamente de pôr esta Assembleia Municipal também a trabalhar para os jovens. Porque nós temos o efeito, temos a responsabilidade de deliberar sobre os assuntos que nos são trazidos e agora a única possibilidade que nós temos de partilhar com os jovens efetivamente é aqui. Porque não se trata de um conselho consultivo, não se trata de um conselho deliberativo, nada, a única coisa que se trata é de nós ensinarmos os jovens a ter uma participação ativa na política, mais nada. Isso está aqui escrito e volto a dizer, o preambulo é retirado daquilo que foi os documentos que vos enviei e de uma forma transparente e em particular o parlamento jovem. Porque se forem ver a questão dos cadernos eleitorais, está no artigo oitavo, do parlamento jovem. A questão da votação e dos boletins de voto, as divergências, está no parlamento jovem, é o artigo vigésimo. Portanto, não tendo, infelizmente, a capacidade de ser o inventor disto, está replicado no parlamento jovem, que nós aqui nas escolas secundárias já facultamos. Uma das críticas que se levanta tem a ver com a aplicabilidade deste regulamento eleitoral. É efetivamente verdade, mas sem as escolas isto não se faz. Se as escolas não quiserem não as podemos forçar. Se nós não aprovarmos é que não podemos pedir à escola que intervenha. Quando nós, Assembleia, tivermos isto aprovado, propomos às duas escolas secundárias a participação nas eleições. Se eles disserem não, nós fizemos o nosso papel. Se nós estendemos a mão e quem está do outro lado não a agarra, nós não temos outra responsabilidade que não essa, não podemos forçar a escola. Nem a escola pode aprovar sem ter o documento aprovado nesta Assembleia Municipal. É uma questão de ponderação, não é ser contra nem a favor, não se trata disso, nem ponho isso nesse campo. Ponho isto só num campo, existir ou não existir. Aquilo que aqui hoje estamos a



deliberar é pela não existência, porque se nós não propomos alteração de nada a nada e a única coisa que fazemos ou é votar contra ou retirar da discussão, o que vamos fazer, era daqui a três semanas e esquecem-se que daqui a três semanas estamos Janeiro, vamos estar em Fevereiro, vamos estar em Março e este ano letivo já não se faz nada. E se não se fizer nada, a minha consciência está completamente tranquila e aceito e reconheço e encaixo todas as críticas e aceito-as perfeitamente elevo-as comigo. Mas agora digo-vos isto, prefiro ser criticado, neste caso, por ter feito, do que ter metido na gaveta e ter ficado como está sem fazer mais nada, tendo poder para o fazer. É uma questão de opinião, deixei todos intervirem para depois possa dar a minha opinião, não se trata de defender nem sequer articular contra, é como vos digo, é uma questão de opinião pessoal."-----

Francisco Cabrita: "O que nos está aqui a preocupar é o espeto da legalidade, que pelos vistos nem todos têm informação jurídica nem todos comungam, o que está aqui em causa é uma questão de legalidade. De facto, nem todos comungam do mesmo ponto de vista e sobretudo, pelos vistos, a começar pelo Senhor Presidente, que tendo formação jurídica politizou excessivamente, quanto a mim, assumindo o papel de líder de bancada, quando é Presidente da Assembleia. Sendo Presidente da Assembleia não pode chamar a isto a menina dos seus olhos, como no outro dia referiu, portanto, estas coisas têm de ser feitas com algum distanciamento. É a sua posição pessoal, como fez questão de frisar e penso que nós, pensamos que não é o grupo parlamentar local, do concelho de Albufeira, do PS que, efetivamente, está a referir isto por insistência. O Senhor Presidente pode ter a sua legítima pretensão, mas não vai com certeza fazer infletir aquilo que nós também estamos convictamente convencidos. No aspeto legal isto poderia ter ido e haveria a ser reforçado com alguém que se atravessasse, algum dos consultores jurídicos da Câmara. Não foi, efetivamente pedida essa opinião, então foram como assim o entender, vamos à votação."-----

Pedro Coelho: "Só queria referir, de acordo com algumas questões que foram levantadas, a questão do regimento, os documentos que foram remetidos há um deles que é o regimento. E o documento que é apresentado na nossa Assembleia não é o regimento, isto é só o regulamento eleitoral. O que é colocado à Assembleia formalmente é o regulamento eleitoral, mas o que é remetido informalmente para tomarmos conhecimento sobre a matéria em causa, o tal dito email com três anexos, um deles é o regimento. E esse regimento parece-me importante verter alguns



aspectos, artigos, desse regimento, para este regulamento eleitoral ou para algo semelhante ao regimento, para que essas questões, se é um órgão ou não é um órgão, das atribuições e competências fiquem claras. Para se perceber o que é que estamos a fazer. Porque senão, quando eu há pouco dizia que nunca fizemos isso, foi, num regulamento estar a aditar, em plena Assembleia, um artigo adicional, ou uma alteração a um artigo. Nunca o fizemos em nenhuma, por vezes em questões mais complexas, o que é que se criou? Uma comissão, para criar resultados. E nesse caso fez-se uma comissão para apreciar e eu em Assembleias anteriores defendi essa posição, e continuo a defender que, essas comissões podem aditar artigos, tal como há pouco o Senhor Presidente estava a querer referir. Se o artigo está fechado é consensual, pode o fazer. E aqui, mais uma vez, tínhamos esse instrumento ao dispor. E aí poderia existir melhorias, claras, do regulamento. Agora, aqui na sessão a fazer esse tipo de redações, é um pouco difícil. Quando eu há pouco dizia essa questão, que já houve outras práticas anteriores, era nesse sentido. E houve mais, houve essas comissões, que se desenvolveram no mês de Janeiro, no final de Janeiro estavam concluídas, depois houve um atraso no fecho do relatório e por várias outras razões, mas em Março elas foram à Assembleia novamente. Isto é, podemos fazer isso com carácter de urgência e ter aqui algo terminado em tempo útil do ano letivo em curso poder ser implementado."-----

Presidente da Assembleia: "Percebo o que está a dizer e volto a dizer, eventualmente, mais uma vez a culpa é minha, assumo essa responsabilidade. Mas, confundimos e voltamos a confundir. Não estamos a tratar do regimento da Assembleia Municipal Jovem. Essa tem de ser aprovada posteriormente. São duas coisas diferentes. E já tem de ser aprovada com ela eleita. Isto é o regimento eleitoral."-----

Pedro Coelho: "O que estou a dizer, claramente, é que não temos uma lei habilitante, estou a dizer isto desde o início. Não ter uma lei habilitante, a única coisa que cinge ou que é a figura da Assembleia é este regulamento eleitoral num preâmbulo. Se não quer chamar regimento, dou a mão à palmatória que não é a figura correta, mas tem que existir uma figura que crie, que explicita o que é que esta Assembleia é. É um órgão, não é um órgão, tem mandatos, é um projeto?"-----

Presidente da Assembleia: "Eu percebo, ainda bem que nós todos percebemos, a única coisa é que estamos a falar de coisas diferentes. Na última Assembleia tentei explicar, e volto a dizer, reconheço essa minha incapacidade comunicativa, ou de conteúdo. Mas,



vou tentar fazer isto, constituição da Assembleia Municipal Jovem. Feita. Regulamento Eleitoral, vamos ver como é que se elegem e quando é que se elegem, é o mesmo que se passa connosco. Somos eleitos e depois aprovamos o regimento. Eu compreendo que não se aceite e que não se goste e que não se queira a metodologia, mas perdoem-me a expressão, se não é esta a metodologia, então qual é a outra? Qual é a proposta alternativa a esta? Se não, a iniciativa de quem quer que seja está sempre a ser, constantemente posta em causa. Não podemos e não dá para impor a vontade e quando se quer impor a vontade faz-se uma coisa, propõe-se coisas. Não há nenhuma proposta alternativa a esta que aqui está. Porquê? Porque o conceito da concretização deve ser outro. Eu aceito, qual?"-----

Fernando Cabrita: "Se desta vez apresenta, a mesa apresenta ou se é o senhor Presidente o intérprete da mesa? Como sucedeu na última, quanto à presente votação."-----

Presidente da Assembleia: "O senhor é uma pessoa que respeito imenso, mas há uma coisa que não podemos começar a partir daquilo que é a discussão. Nós temos um nível que sempre foi e entre os dois sempre foi. Ninguém da mesa está sarciado pela minha intervenção. E da outra vez não fui usurpador da posição de quem quer que seja, nem sou. Os dois membros da mesa têm legitimidade para intervir, quando o quiserem fazer. Da outra vez, a mesa foi questionada, se me acompanhava na proposta e foi dito que sim. E agora eu disse uma coisa, é minha, para evitar quaisquer tipos de questões. Estou a ser o mais transparente e o mais claro possível, para não haver confusões e haver liberdade total, para quê? Para que não haja confusão."-----

Emília Sousa: "Quanto a essa intervenção, peço desculpa, se o Presidente na última reunião de Assembleia, creio que foi posto aos dois membros da mesa a questão não foi propriamente do documento em si, recordo-me, mas foi posto aos dois membros da mesa a questão da criação ou não da Assembleia Municipal Jovem. Foi nesse ponto que, eu disse que sim, que estava de acordo, que fosse criada essa Assembleia Municipal Jovem. Mas que punha algumas reticências quanto ao documento. Portanto, recordo precisamente estas palavras e foi nessa sequência que eu disse que estava de acordo com a criação da Assembleia Municipal Jovem e que deve ser criada em condições. Com um regulamento eleitoral adequado. É essa questão que está aqui a ser discutida."-----

Presidente da Assembleia: "Foi exatamente isso que eu disse. Disse que foi colocado à mesa a saber se acompanhavam ou não a proposta que foi deliberada e este foi



retirado. Por isso disse, que este documento é meu e eu assumo a responsabilidade do documento e não pela mesa. Portanto, não sarcei e não limitei qualquer membro da mesa a tal ponto. Porque a discussão começa a ser redonda, eu como autor do documento, em função de uma intervenção feita nesta Assembleia Municipal, da Ana Ramos e que achei que efetivamente tinha razão, no artigo quarto, número de deputados a eleger, há uma gralha, é um "a", tem a epigrafe número de deputados a eleger e a duração do mandato. Passa a ter a seguinte redação, número um, a AMJA é composta por o máximo de vinte e cinco deputados. Número dois, o mandato corresponde ao ano escolar, ou ano letivo, com o limite de duração do mandato da Assembleia Municipal. Ou seja, se no último do mandato desta Assembleia Municipal, o mandato também cessa daqueles membros eleitos. E todos os anos tem de haver eleições dentro da Assembleia Municipal Jovem, porque há jovens que vão sair, décimo, décimo primeiro e décimo segundo e todos os anos tem que haver eleição até para mudar os jovens, porque não há direitos, o que interessa é que haja participação e atividade. Volto a dizer, artigo quarto, número de deputados a eleger e duração do mandato, epígrafe, número um, a AMJA é composta por um máximo de vinte e cinco deputados, número dois, o mandato corresponde ao ano letivo, com o limite pela duração do mandato da Assembleia Municipal."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: doze (12) João Cabrita, Bertílio Mendes, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Leonardo Paço, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne -----

Abstenções: uma (01) Renato Pimenta -----

Votos a favor: doze (12): Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Vera Belchior, Rui Gago, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada, com o Voto de Qualidade do Presidente da Assembleia Municipal. -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

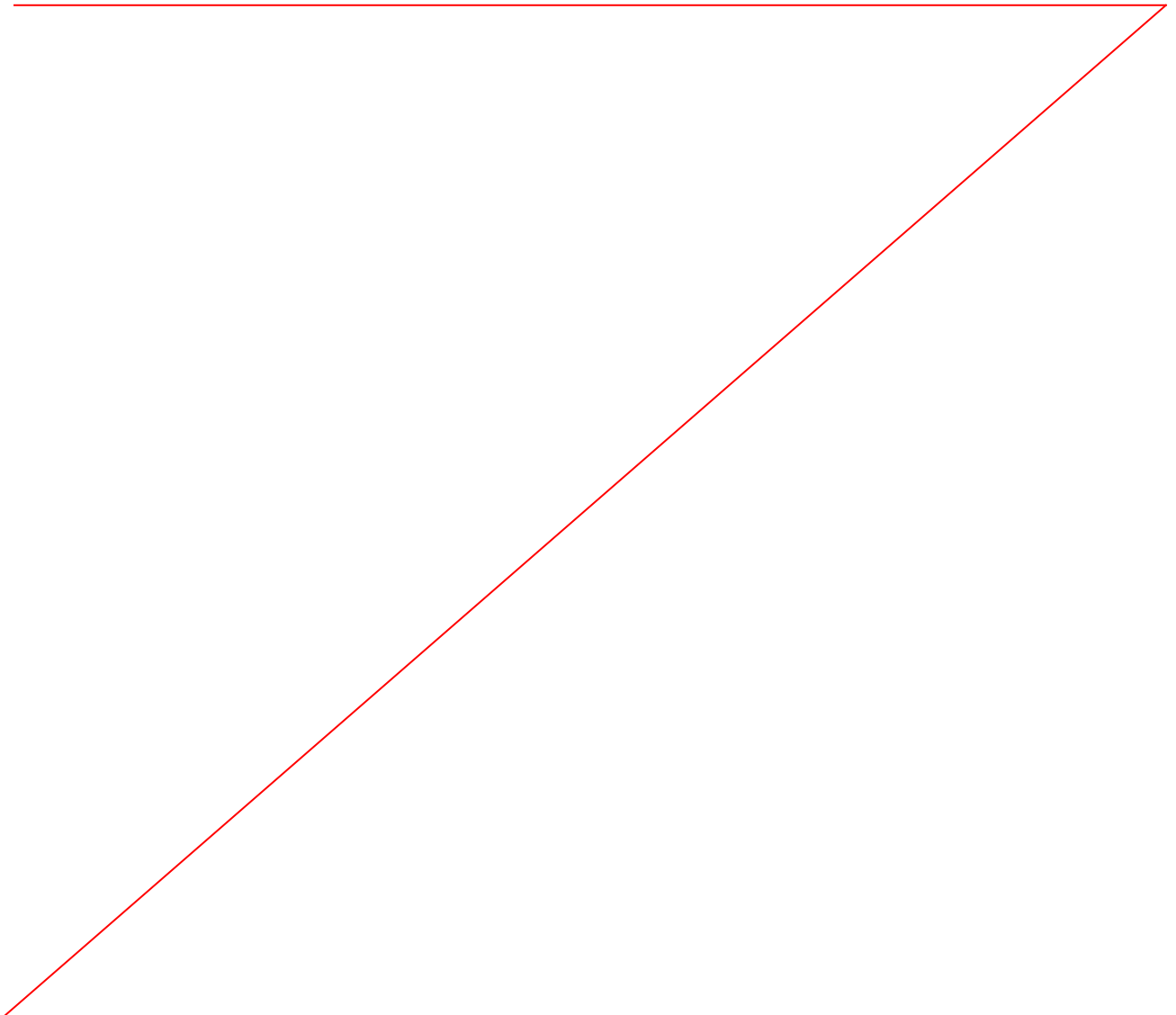
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:20 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 21 de Novembro de 2018 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

A SEGUNDA SECRETÁRIA _____





Declaração de Voto

O grupo parlamentar do Partido Socialista, na Assembleia Municipal de Albufeira, apresenta a sua declaração de voto relativa ao ponto 13 e 14 da Ordem de Trabalhos, Apreciação e deliberação das Grandes Opções do Plano 2019-2020 e Apreciação e Deliberação do Orçamento para 2019, considerando que:

Não entendem a falta injustificada de investimento e incapacidade de execução evidenciada neste orçamento pelo executivo municipal, quando assume que vai transitar de exercício com um saldo de gerência de cerca de 80 milhões de Euros.

Ano após ano, são retirados aos munícipes e que não são usados para melhorar as condições de vida no concelho.

Mas isto acontece quando o investimento em despesas de capital – investimento em obras e projetos – tem sempre uma baixíssima taxa de execução, a qual se mantém nesse registo desde 2015 e que assim continuará em 2018, onde, o valor orçamentado mais uma vez não será executado.

A palavra continuidade, usada pela atual gestão para caracterizar este orçamento, é coerente com esta realidade. Uma gestão que é caracterizada pela inação, pela falta de inovação, pela incapacidade de apresentarem e executarem um modelo económico assente em crescimento e desenvolvimento social e cultural.

Áreas de intervenção como a habitação, a requalificação urbana, os espaços verdes, os transportes urbanos, o saneamento, a cultura, áreas importantíssimas e sensíveis, mereçam ser uma opção prioritária de investimento, mas que não têm luz verde neste orçamento

Com os recursos existentes é inadmissível que a proposta de Orçamento Municipal evidencie uma completa omissão de recursos alocados a enfrentar o problema que é a falta de habitação a preços acessíveis.

É hoje uma prioridade o investimento municipal em habitação. Responder às necessidades da população, tanto de quem não tem recursos para arrendar uma casa e precisa de apoio social, como daquele extrato populacional em que os seus rendimentos ultrapassam os escalões com apoio social, mas que não ganham o suficiente para arrendarem uma habitação a preços de mercado.

Criar uma resposta de habitação a preços acessíveis, assim como soluções para o apoio ao arrendamento jovem são hoje uma exigência para garantir o desenvolvimento económico e social do concelho.

A proximidade e a eficiência não têm lugar no Orçamento Municipal em Albufeira.

O saneamento, ou a falta dele, é um outro caso de estudo.

A freguesia de Paderne tem hoje – em 2018 – 50% das suas habitações sem ligação á rede de saneamento público.

Esta é uma realidade inadmissível e que mais uma vez não tem resposta no Orçamento municipal. Não há verbas alocadas para resolver este problema.



A expressão “requalificação urbana” acaba por ser uma frase sem uma expressão orçamental concreta.

A zona de Montechoro e Av. Sá Carneiro (norte e sul) e Oura, exigem uma intervenção urgente.

O Orçamento e as GOP’S evidenciam esta realidade com uma verba prevista cerca de 19 milhões de Euros, em três anos, alocados a uma intervenção na Av. Sá Carneiro (sul).

Mas a pergunta que se põe é saber qual a natureza dessa intervenção?! Com que pressupostos serão elaborados estes projetos?! Qual o modelo de espaço público que se pretende?! Qual a regulação e ordenamento que se perspetiva para este espaço da cidade?!

Este é um debate que não foi feito e cuja inexistência nos confronta com a possibilidade de estarmos perante mais uma intervenção tipo “Polis”, de má memória, feita nas costas da comunidade, ou então trata-se de uma mera afetação de verbas para não serem gastas como aliás tem ocorrido ao longo destes últimos anos.

Para maquilhar orçamento, lança-se pelas páginas do Orçamento e das GOP’S um conjunto de intenções de repavimentação de vias que mais parecem extraídas de um qualquer guia ou mapa do município, tudo obras sem projetos, sem previsão de prazos de execução, com meras estimativas de investimento, ou seja, intenções para tapar os olhos aos munícipes.

A rede municipal de transportes é esquecida, não há projetos para sua expansão ou melhoria, a mobilidade interurbana e urbana não é prioridade municipal, não há qualquer proposta ou investimento que evidencie uma aposta no desafio que é a mobilidade elétrica.

Albufeira parou no tempo!

Hoje, um dos desafios da gestão municipal é a descentralização.

Uma das competências que agora passará para os municípios será a gestão das frentes urbanas ribeirinhas e das praias.

Todos temos presente a importância que as praias e as frentes de mar têm na economia do nosso concelho, esta seria necessariamente uma prioridade no investimento municipal de uma gestão atenta e capaz.

Acontece que o desencanto e frustração serão o sentimento de quem esperava encontrar aqui uma aposta. Não há nada que mude, nada que se preveja qualquer investimento na requalificação das nossas praias e das frentes de mar. Uma prioridade que continuará adiada!

O Partido Socialista de Albufeira e os seus eleitos, irão abster-se nesta votação por entenderem que Albufeira e os seus Municípios estão “condenados” a falta de ambição ou capacidade de fazer, demonstrada neste orçamento em que o adiamento das situações é constante.

Grupo Parlamentar do Partido Socialista

21 de Novembro de 2018



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

JUDGEBRIA

[Handwritten signature]

Juan de Palom Aluz

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Juana



Declaração de Voto

Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Albufeira, dia 21 de Novembro de 2018

14- APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO, SOB PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2019, INCLUINDO MAPA DE PESSOAL

Tendo em conta que foi aprovada no dia 12 de Março de 2018, pela AMAL, a aplicação de uma taxa turística de 1,5€ por turista durante os primeiros 7 dias de estadia, não é compreensível que esta taxa não tenha já sido proposta pelo executivo à assembleia. Também não é compreensível que a taxa não tenha sido trabalhada para ser aplicada já em 2019. Por outro lado, a taxa de protecção civil, que em 2019 vai custar 585.490,00€ aos cidadãos de Albufeira, vai continuar a ser aplicada, sem que sejam estudadas outras soluções para substituir esta taxa, como por exemplo a taxa turística acima mencionada. Devido a este facto, o BE vota contra o orçamento para o ano de 2019.

O membro eleito pelo Bloco de Esquerda à AM de Albufeira,
Miguel Pinheiro